



INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CURSOS SUPERIORES – DACS
COORDENAÇÃO ACADÊMICA DE TURISMO – CATU
CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO DE TURISMO

BRENO IGOR GOMES DE MELO
MIRELLE STERFANE DE SENA GOIS

**TURISMO NO MUNICÍPIO DA ILHA DE ITAMARACÁ: PROPOSTAS DE
ESTRATÉGIAS INTERPRETATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO**

Recife

2023

BRENO IGOR GOMES DE MELO
MIRELLE STERFANE DE SENA GOIS

**TURISMO NO MUNICÍPIO DA ILHA DE ITAMARACÁ: PROPOSTAS DE
ESTRATÉGIAS INTERPRETATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Metodologia de Pesquisa e Projeto Turístico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como requisito para obtenção da nota parcial na disciplina.

Orientadora: Profa. Me. Lêda Cristina Correia da Silva.

Recife
2023

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Danielle Castro da Silva CRB4/1457

M528t
2023

Melo, Breno Igor Gomes de

Turismo no município da Ilha de Itamaracá: propostas de estratégias interpretativas para o desenvolvimento turístico. / Breno Igor Gomes de Melo; Mirelle Sterfane de Sena Gois. — Recife: Os autores, 2023.

95. il. Color.

Trabalho de Conclusão (Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo) – Instituto Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

Inclui Referências, Anexos e Apêndices.

Orientadora: Profa. Ma. Lêda Cristina Correia da Silva.

1. Turismo Cultural. 2. Destino turístico. 3. Patrimônio Cultural. 4. Interpretação do patrimônio. I. Título. II. Silva, Lêda Cristina Correia da (orientadora). III. Instituto Federal de Pernambuco.

CDD 338.4791 (21ed.)

BRENO IGOR GOMES DE MELO
MIRELLE STERFANE DE SENA GOIS

**TURISMO NO MUNICÍPIO DA ILHA DE ITAMARACÁ: PROPOSTAS DE
ESTRATÉGIAS INTERPRETATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Metodologia de Pesquisa e Projeto Turístico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como requisito para obtenção da nota parcial na disciplina.

Aprovado em: 19/07/2023.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Me. Lêda Cristina Correia da Silva
Orientador

Prof. Dr. Mário Ferreira da Silva Melo
Examinador (Externo)

Prof. Me. Rodrigo José de Albuquerque Marinho Ataíde dos Santos
Examinador (Interno)

Dedicamos este trabalho a Deus, que iluminou nosso caminho durante esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Miriam Oliveira, que me mostrou desde sempre a importância de ser uma mulher forte e independente, a senhora será sempre responsável direta e indiretamente por todas as minhas conquistas.

Ao meu companheiro Yuri Cajueiro, obrigada pelo companheirismo, cuidado e carinho de sempre. Obrigada por todas as vezes que não me deixou desistir, por me abraçar, dar colo e sempre me olhar nos olhos quando me via perto de surtar e dizer " respira, eu sei que você é capaz" - obrigada denngo.

Ao meu querido amigo/irmão Jader Gabriel, que sempre esteve comigo em todos os momentos da minha vida como o irmão que eu nunca tive. Obrigada por sempre apoiar e incentivar todas as minhas loucuras.

Ao meu companheiro de projeto Breno Melo, que foi uma surpresa inusitada e maravilhosa. Que bom que só sobraram nós dois sem grupo naquela cadeira de pré-projeto, eu não poderia ter tido mais sorte. Obrigada por me acompanhar nessa louca e caótica jornada até aqui, vamos torcer que a partir de agora vinham os dias de glória.

A nossa orientadora Prof. Lêda Correia, obrigado pela confiança e pelo auxílio prestado durante todos os momentos deste trabalho.

A todos os moradores da Ilha de Itamaracá, os verdadeiros responsáveis pela defesa dessa belíssima cidade e de seus patrimônios tão cheios de história.

A Cirandeira Lia de Itamaracá, por todos os seus anos de contribuição e força para garantir a perpetuação e o legado da ciranda no Brasil e no mundo.

E por fim, não poderia deixar de agradecer a mim mesma (não por soberba) mais pelo fato de apenas Deus e eu sabemos o quando não foi fácil chegar até esse momento. As coisas nunca foram fáceis pra mim e sabia que até chegar ao fim dessa graduação não seria diferente. Mas que bom que deu certo. Que bom que sou quem sou.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha mãe, Roberta Melo, mulher que sempre me inspirou e incentivou a mim e minhas escolhas, mulher que me ensinou e ensina até hoje a ser uma pessoa um pouco melhor todos os dias. Também não poderia deixar de agradecer ao meu irmão, Bruno Henrique, que nem sempre o mundo é mil maravilhas e que devemos sempre estarmos atentos a aquilo que nos é oferecido, e também sermos firmes em momentos de dificuldade, Obrigado Gordinho.

Aos meus amigos que, mesmo sem perceber, me ajudaram a não desistir e me auxiliaram nas horas difíceis.

Assim como muito é falado, “os avós, são pais duas vezes”, dessa forma, não poderia deixar de citar os “Inoxidáveis” e ilustríssimos, Eronides Evangelista e Marli Pereira, por serem tanto, os meus pilares de inspiração, muito obrigado por sempre serem presentes em minha vida e me mostrarem que existe paz no meio de um mundo tão caótico no qual vivemos, e que nunca devemos deixar de acolher as pessoas que nos fazem bem.

Também queria agradecer a minha parceira e amiga de TCC, Mirelle Góis, que passou por vários perrengues comigo durante nossa trajetória de projeto e não tinha como ser diferente, por que se não, qual seria a graça, não é mesmo?

Gostaria de agradecer também a nossa professora e orientadora Lêda Cristina, muito grato pelos seus ensinamentos, confiança e principalmente paciência.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

Martin Luther King Jr.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta de interpretação do patrimônio para a Ilha de Itamaracá como ferramenta de incentivo ao turismo no município, destacando o turismo cultural. O município foi escolhido como foco da pesquisa pelo seu grande potencial turístico cultural e seus muitos atrativos turísticos, entre eles Vila Velha, Embaixada da Ciranda de Lia, e Forte Orange, locais escolhidos como projeto piloto do projeto de interpretação patrimonial que será exposto ao longo do trabalho. Rico em história e cultural, além de destino praieiro o município pode aproveitar seu potencial turístico para captar novos públicos. Metodologicamente, esta é uma pesquisa descritiva e quanti-qualitativa, baseada na pesquisa de campo e virtual, tendo no questionário e entrevistas semi-estruturadas com moradores e visitantes da Ilha de Itamaracá o instrumento de coleta principal. A partir da pesquisa foi possível identificar documentos norteadores do município, realizar o mapeamento do patrimônio cultural e utensílios da cidade, e definir os espaços a serem tratados neste projeto. O estudo mostrou a importância do patrimônio turístico cultural da Ilha de Itamaracá para a história cultural brasileira e para o desenvolvimento da atividade turística local e a necessidade de utilização da interpretação do patrimônio como ferramenta para impulsionar o turismo e melhorar a experiência dos visitantes. Como propostas resultantes deste projeto estão ações voltadas à interpretação do patrimônio, onde é sugerido entre outros, a requalificação de placas de sinalização e também de placas interpretativas dos espaços selecionados para o projeto piloto, como também a capacitação de mão de obra e contratação de profissionais qualificados das áreas de turismo, arqueologia e afins para agregar no planejamento e na promoção da Ilha de Itamaracá como destino turístico.

Palavras-chave: destino turístico; Ilha de Itamaracá; interpretação do patrimônio; patrimônio cultural.

ABSTRACT

This work aims to present a proposal for interpreting the heritage for the Island of Itamaracá as a tool to encourage tourism in the municipality, highlighting cultural tourism. The municipality was chosen as the focus of the research due to its great potential for cultural tourism and its many tourist attractions, including Vila Velha, Embaixada da Ciranda de Lia, and Forte Orange, locations chosen as a pilot project for the heritage interpretation project that will be exposed throughout from work. Rich in history and culture, in addition to being a beach destination, the municipality can take advantage of its tourist potential to attract new audiences. Methodologically, this is a descriptive and quantitative-qualitative research, based on field and virtual research, using the questionnaire and semi-structured interviews with residents and visitors of the Island of Itamaracá as the main collection instrument. From the research it was possible to identify guiding documents of the municipality, carry out the mapping of the cultural heritage and utensils of the city, and define the spaces to be treated in this project. The study showed the importance of the tourist cultural heritage of the Island of Itamaracá for the Brazilian cultural history and for the development of local tourist activity and the need to use the interpretation of heritage as a tool to boost tourism and improve the experience of visitors. As proposals resulting from this project are actions aimed at the interpretation of heritage, where it is suggested, among others, the requalification of signage signs and also interpretive signs of the spaces selected for the pilot project, as well as the training of manpower and hiring of professionals qualified professionals from the areas of tourism, archeology and the like to add to the planning and promotion of Itamaracá Island as a tourist destination.

Keywords: cultural heritage; Itamaracá island; tourist destination; heritage interpretation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Engenho São João.....	44
Figura 2 – Casa Grande do Engenho São João.....	45
Figura 3 – Forte Orange.....	47
Figura 4 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar.....	48
Figura 5 – Ruínas do Engenho Amparo.....	49
Figura 6 – Vila Velha.....	50
Figura 7 – Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.....	51
Figura 8 – Fundos das ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.....	52
Figura 9 – Igreja Nossa Senhora da Conceição.....	53
Figura 10 – Parte frontal da Cabana Forno de Cal - Vila Velha.....	54
Figura 11 – Ciranda.....	55
Figura 12 – Lia de Itamaracá.....	58
Figura 13 – Centro Cultural Estrela de Lia.....	60
Figura 14 – Museu Vivo de Lia de Itamaracá.....	61
Figura 15 – Prestadores de Serviços Turísticos cadastrados no CADASTU (1º/2021).....	63
Figura 16 – Placas interpretativas em Vila Velha.....	64
Figura 17 – Placas informativas da Ruína da Igreja do Rosário dos homens pretos.....	64
Figura 18 – Placa Interpretativa no Forte Orange.....	67

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa topográfico Capitania de Itamaracá, 1612 (Carta geográfica de João Teixeira Albernaz I)	37
Mapa 2 – Localização da Microrregião Itamaracá	39
Mapa 3 – Localização dos Aeroportos em relação a Microrregião Itamaracá	40
Mapa 4 – Localização Geográfica dos pontos turísticos da Microrregião	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Profissionais necessários.....	74
Tabela 2 – Placas interpretativas.....	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS	19
2.1 OBJETIVO GERAL.....	19
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
3.1 TURISMO E PATRIMÔNIO	20
3.1.1 Turismo Cultural e interpretação do patrimônio: discutindo conceitos.....	24
3.2 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NO BRASIL ...	30
4 METODOLOGIA	34
5 HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO TURÍSTICA DA ILHA DE ITAMARACÁ	36
5.1 A ILHA DE ITAMARACÁ: FORMAÇÃO HISTÓRICA	36
5.2 MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA ILHA DE ITAMARACÁ.....	41
5.2.1 Patrimônio Material.....	43
5.2.2 Patrimônio Imaterial.....	55
5.3 CARACTERIZAÇÃO TURÍSTICA.....	62
5.3.1 Infraestrutura da Ilha - Vila Velha	63
5.3.2 Infraestrutura da Ilha - Centro de Itamaracá.....	66
6 PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO	69
6.1 ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO	69
6.2 PROMOÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA PROPOSTA	72
6.3 RECURSOS.....	74
6.4 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	75
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES	85
APÊNDICE A – Questionário feito aos turistas na região.....	85
APÊNDICE B - Entrevista com morador e responsável do projeto social: Casa de UANÁ, Vila Velha - PE	86
ANEXOS	87
ANEXO A - Certidão de Registro da Ciranda como Patrimônio cultural imaterial	87

1 INTRODUÇÃO

O Turismo é um campo de práticas histórico-sociais que pressupõem o deslocamento dos sujeitos em tempos e espaços diferentes daqueles dos seus cotidianos. É um deslocamento coberto de subjetividade que possibilita afastamentos concretos e simbólicos do cotidiano, implicando portanto, novas práticas e novos comportamentos diante da busca do prazer (GASTAL; MOESCH, 2007).

Compreendido como uma atividade social e econômica bastante significativa, os setores associados que trabalham direta ou indiretamente com o turismo tem se beneficiado com seu crescimento, motivo que impulsiona as pesquisas não apenas de mercado mas também contínuos estudos que buscam compreender o seu desenvolvimento. Muitos estudos se voltam ainda para a relação entre turismo e patrimônio, visto que ambos têm andado interligados. Ao turismo com forte relação com o patrimônio cultural foi dado o nome de turismo cultural, compreendido como um segmento crescente que proporciona um importante contato entre os visitantes e a localidade, com o cotidiano e a cultura, com o patrimônio cultural em sua diversidade e tem função importante para preservação da memória e identidade local.

A compreensão acerca do conceito de patrimônio é fundamental para compreender o legado cultural referente a uma determinada localidade e grupo social. O processo de compreensão dos significados por trás dos lugares e atrativos que se está visitando é de extrema importância, em razão disso, a interpretação do patrimônio surgiu como ferramenta para um melhor conhecimento, valorização e como instrumento de preservação do patrimônio, prática que vem ganhando bastante espaço nos últimos anos. Entre exemplos dessas mudanças que visam trazer o patrimônio para o desenvolvimento do turismo podemos citar a instalação de placas interpretativas nos processos de revitalização de centros históricos pelo poder público. Mais recentemente podem ser citadas outras estratégias, especialmente os roteiros interpretativos criados para difusão e valorização do patrimônio histórico-cultural a exemplo dos roteiros a pé ou free walking tour¹, que agregam valor a experiência do turista².

¹ Cabe destacar o projeto Olha!Recife, que desde 2008 foi implementado pela Prefeitura do Recife, destinado especialmente aos recifenses, mas vivenciado também por turistas em nossa cidade e que conta com mais de uma centena de roteiros (a pé, de bike, ônibus e também em trajeto fluvial) com guiamento e gratuito.

² Entre serviços turísticos oferecidos que demonstram o potencial do patrimônio cultural na oferta

São ações que podem e devem ser implementadas pelo poder público e que também vêm sendo adotadas por novos atores econômicos na oferta de serviços turísticos. Agregam valor ao turismo e na aceção de estudiosos, a Interpretação do Patrimônio está intimamente relacionada com o significado de uma região, sua história e atrativos, que possibilita produzir conexões entre os visitantes e a localidade através da valorização da identidade local e inclusão social (MENESES, 2013).

Entre os estudos aos quais tivemos acesso, os trabalhos **Turismo Cultural: Proposta de Roteiro Interpretativo para o Município de São Francisco do Sul – SC**, da autora Lorena Angélica Mancini, e **Educação e Interpretação Patrimonial: elaboração de um plano interpretativo para a Casa da Cultura de Irati-PR** escritos por Diego Geovan dos Reis, Leandro Baptista, Poliana Fabíola Cardozo, foram obras que trouxeram propostas palpáveis de maneira distintas sobre interpretação do patrimônio, uma em formato de roteiro interpretativo e outra em forma de um plano abrangendo toda a casa da cultura da região de Irati-PR.

Trabalhos como esses têm servido como ótimas contribuições para a interpretação do patrimônio, servindo como referências para o presente trabalho contribuindo para identificar as lacunas no turismo na Ilha de Itamaracá, muitas delas podendo ser sanadas a partir de propostas de plano interpretativo ou implementação de estratégias interpretativas no município.

Do ponto de vista turístico, a Ilha de Itamaracá tem um grande leque de atrativos, e apresenta patrimônios marcados pela história e pela cultura. Porém, nos últimos anos, têm surgido discussões acerca de todo o potencial turístico cultural que o município possui, ainda pouco explorado.

A colonização portuguesa no nordeste do Brasil é um marco referencial na história da Ilha de Itamaracá. Neste período, feitorias foram estabelecidas na região, servindo de apoio para o povoamento português e para instalações das primeiras vilas na Capitania de Itamaracá. Vila Velha, sede da capitania, foi um dos primeiros núcleos edificadas do Brasil Colônia no período de 1530, o que garante ao povoado um sítio arqueológico rico, marcado por diferentes processos construtivos e culturais (OLIVEIRA; SANTOS, 2014).

Além de Vila Velha, sítio histórico tombado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) em 2019, o município apresenta

turística pode ser citado o site <https://diaspora.black/experiences>, que reúne roteiros e experiências turísticas em diversas cidades, com destaque para o patrimônio cultural e a história do negro no Brasil.

um rico patrimônio natural e cultural a ser melhor preservado e explorado turisticamente. Nesse sentido, o município se constitui como espaço de grandes possibilidades para a realização de propostas voltadas para a interpretação do patrimônio e suas estratégias tendo como propósito ampliar a oferta turística e como ferramenta de valorização patrimonial.

É desta constatação que nasce o presente trabalho, propondo uma interpretação do patrimônio cultural da Ilha de Itamaracá. O município foi escolhido como foco da pesquisa pelo seu grande potencial turístico cultural e seus muitos atrativos turísticos, entre eles Vila Velha, Embaixada da Ciranda de Lia e o Forte Orange, locais escolhidos como projeto piloto do projeto de interpretação patrimonial que será exposto ao longo do trabalho. Estes locais assim como tantos outros demonstrados ao longo da discussão compreendem importantes patrimônios culturais da cidade, mas carecem de um olhar mais atento do ponto de vista de políticas públicas.

O trabalho está organizado em 7 capítulos nos quais discorreremos sobre o potencial turístico do município tomando sua história, cultura e patrimônio cultural como foco para análise e fazemos uma incursão na temática do turismo cultural a partir de revisão de literatura e exposição de conceitos fundamentais para este estudo, servindo de percurso até que seja apresentada a proposta de intervenção.

Assim, neste Capítulo 1, fazemos uma introdução ao trabalho e apresentamos trabalhos inspiradores desta proposta bem como motivações para escolha do tema. No capítulo 2, encontram-se expostos os objetivos gerais e específicos deste projeto turístico.

O capítulo 3, que traz o referencial teórico divide-se em três partes importantes para a fundamentação do tema. Primeiramente, busca conceituar turismo e patrimônio, trazendo as características do que vem a ser turismo e sua ligação com o estudo do patrimônio.

Em seguida, através da discussão conceitual sobre o turismo cultural e a interpretação do patrimônio, apresenta a relevância do patrimônio para o desenvolvimento turístico e encerra trazendo uma breve exposição sobre a trajetória do patrimônio histórico e cultural no Brasil. Posteriormente, no capítulo 4, é apresentado o percurso metodológico na estruturação e os instrumentos de pesquisa utilizados.

O capítulo 5 se destaca pela apresentação do diagnóstico de campo e uma

caracterização turística da Ilha de Itamaracá. Neste capítulo a história do município, um mapeamento do patrimônio cultural local e o diagnóstico da condição deste patrimônio são apresentados por meio também de fotografias. Nele, o levantamento de dados, o diagnóstico de campo e seus resultados são explanados de forma mais concisa, detalhando para o leitor o potencial turístico do município e os problemas identificados.

Já no capítulo 6, descrevemos de forma detalhada as propostas de interpretação sugeridas para os espaços escolhidos, as estratégias de promoção e acompanhamento das propostas e os recursos humanos e financeiros que serão utilizados para chegar na melhor forma de executar tudo que está sendo proposto. Por fim, o trabalho é concluindo no capítulo 7, com um apanhado geral e considerações finais.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Elaborar uma proposta piloto de interpretação do patrimônio na Ilha de Itamaracá como estratégia para estimular o turismo no município.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Destacar a importância do patrimônio cultural para o turismo.
- Apresentar um mapeamento do patrimônio histórico-cultural da Ilha de Itamaracá;
- Identificar ações voltadas à interpretação do patrimônio desenvolvidas no município com foco na preservação do patrimônio e no apoio ao turismo;
- Oferecer propostas de estratégias para a preservação do patrimônio e revitalização do turismo na Ilha de Itamaracá.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 TURISMO E PATRIMÔNIO

O turismo é tratado por diversos autores que o pontuam como uma atividade fortemente influenciada pelas diretrizes econômicas e para Andrade (2000) o turismo, na concepção do economista austríaco Herman von Schllard, é a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, estado ou região.

A Organização Mundial de Turismo aponta o turismo de forma mais abrangente e específica, definindo como “um fenômeno cultural, social e econômico que implica o movimento de pessoas para países ou lugares fora do seu ambiente habitual por razões pessoais ou profissionais” (OMT, 2005).

Este fenômeno, assim identificado pela OMT (1995, p. 1), agrega atividades diversas de modo que:

O turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos. (OMT, 1995, p.1).

O crescimento do turismo está relacionado ao aprofundamento de estudos por parte de diferentes ciências, como Economia, Geografia, Antropologia, Direito, Sociologia, Administração, que buscam compreender a abrangência deste fenômeno. A prática de viajar e o interesse pelo conhecimento de novos lugares apresenta as primeiras relações do Turismo e Geografia. As viagens como práticas geográficas clássicas que envolvem os estudos das diferenças espaciais existentes por meio dos viajantes.

Seus relatos e compêndios de curiosidades atraíram estados a incentivarem a catalogação sistemática de dados e informações sobre os continentes e países descobertos (ASSIS, 2001).

Exprime-se a necessidade de ser construído um conceito que apresente as devidas informações dos indivíduos que atuam como os atores principais na atividade turística: os turistas. Assim, no ano de 1937, surgia, no âmbito da Sociedade das

Nações uma das primeiras definições operacionais para turista, a partir do qual o termo “Turista Internacional” passava a ser definido como sendo “toda pessoa que viaja, por um período de 24 horas ou mais, para um país diferente daquele de sua residência habitual”. Para estudiosos do turismo, esta definição é uma forma de classificar o indivíduo que pratica a atividade turística, mesmo que ainda não muito abrangente (BOITEUX; WERNER, 2009).

A partir do ano de 1954, a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou um conceito ainda mais amplo e geral do que se pode considerar o indivíduo nomeado de turista.

Assim, turista é definido como ONU (1994):

Toda pessoa sem distinção de raça, sexo, língua e religião que ingresse no território de uma localidade diversa daquela em que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e máximo de seis meses, no transcorrer de um período de 12 meses, com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem proposta de imigração. (ONU, 1994, p. 1).

Já no ano de 1963, na conferência da ONU em Roma, organizada com iniciativa da UIOOT- União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens, tendo o turismo e as viagens internacionais como tema, foi recomendada a definição para os termos turista e visitante. Estes termos passariam a descrever, para propósitos estatísticos, como “visitante” a pessoa que viaja a um país que não seja o de sua residência por qualquer motivo e que ele não venha a exercer ocupação remunerada (PAKMAN, 2009).

A tentativa de definição de turismo não esteve limitada, porém, a estes órgãos. A partir do início do século XX procurou-se estabelecer um conceito de turista a partir de ciências diversas. Segundo Barreto (1995, p. 9) a primeira conceituação datada do turismo remete-se ao ano de 1911 e foi feita pelo economista austríaco Hermann von Schullern, que o concebeu como “[...] o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”.

Essa associação do turismo atrelado a dimensão econômica foi muito utilizada inicialmente, até ser difundida no conceito abrangente que conhecemos hoje. Isso pode ser explicado pelo fato de que o turismo envolve todo um sistema de mercado em seu processo, que engloba funções características desde agências de

viagens, serviços de transporte, hotéis, restaurantes e serviços de lazer, que estruturam um sistema de macroeconomia, pois criam uma inter-relação entre diversos setores e conseqüentemente gera um demasiado retorno financeiro.

Para Grunewald (2003),

Turismo indica movimento de pessoas que não estão a trabalho em contextos diferentes do de origem, seja este o lar, a cidade ou o país. Trata-se, geralmente, de visitas a lugares onde poderão ser desempenhadas as mais variadas formas de atividades práticas e/ou subjetivas, desde que não o trabalho. (GRÜNEWALD, 2003, p. 23).

Com o passar dos anos se observa um amadurecimento de questões sintáticas no que diz respeito ao turismo, seja como forte meio para estimular a economia local e regional, como um artefato cultural, na qual atua como influenciador para estimular sentimentos de pertença e disseminação da cultura.

Sabemos que a cultura é algo que está intrínseco na vivência humana. Em todos os lugares podemos ver, ouvir e presenciar os diferentes aspectos da cultura, que variam de acordo com povo, país e região. Para Coll (2002), a cultura tem como definição:

O conjunto de crenças, mitos, conhecimentos, instituições e práticas por meio dos quais uma sociedade afirma sua presença no mundo e garante sua reprodução e permanência no tempo. Ou seja, é um modo de vida que abrange toda a realidade existencial das pessoas e comunidades de uma sociedade. (COLL, 2002, p. 11).

Entre tantas formas da humanidade perpetuar sua presença no mundo, podemos destacar seus legados, que são perpassados através de seu patrimônio cultural, marcas produzidas sob a forma de artefatos culturais ou através de patrimônio intangível. Assim, esta herança ao qual damos o nome de patrimônio cultural se apresenta sob mais de uma tipologia: o patrimônio material e o imaterial.

Este patrimônio, numa acepção oficializada, fora inicialmente identificado por monumentos, edificações antigas, esculturas, sítios arqueológicos. Isto gerou por muito tempo uma identificação e reconhecimento do patrimônio como algo associado a estes patrimônios e outros artefatos materiais, como patrimônio histórico de um país, de um povo. Apesar deste entendimento disseminado oficialmente, as práticas, rituais, fazeres, saberes, dos quais são detentores diversos grupos sociais,

sempre se constituíram como patrimônio, como uma herança a ser repassada a novas gerações.

Em seus escritos, ao tratar da memória em torno dos monumentos, Riegl (1987, p. 35), afirma que o monumento está ligado diretamente a “uma obra criada pela mão do homem e edificada com o objetivo preciso de conservar sempre viva na consciência de gerações futuras a lembrança de uma ação ou um destino”.

Corresponde a uma herança a ser preservada. Também é possível destacar sobre esta herança que:

A permanência das marcas físicas e subjetivas na paisagem social, ao potencializar a rememoração da existência dos construtores e usuários dos espaços do passado, faz-nos herdeiros de uma tradição capaz de conceber e construir lugares para as vivências do grupo. (SEVERO, 2004, p. 2).

Já do ponto de vista do patrimônio cultural imaterial, este não está diretamente vinculado às construções, mas sim a vivência, danças, rituais, culinária entre outros aspectos que perpassam o tangível, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) enfatiza que:

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). (IPHAN, 1988, p. 1).

Dentro do mesmo texto de domínio do IPHAN, é salientada a importância do patrimônio cultural imaterial e por que a necessidade de cuidar e proteger todo esse acervo (IPHAN, 1988):

O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IPHAN, 1988, p. 1).

Destarte, a partir desta breve revisão de literatura sobre os principais conceitos e importância histórica atrelada ao patrimônio cultural material e imaterial, é possível entender que, independentemente se o patrimônio se caracteriza por ser tangível,

como os edifícios, monumentos, sítios históricos e objetos; ou intangíveis, como danças, rituais, receitas culinárias entre outros, o importante é compreender o quão é preciso preservar e salvaguardar esses conjuntos que representam toda a história de um povo e como essas ações de salvaguarda auxiliam conservação e manutenção da cultura de uma comunidade.

3.1.1 Turismo Cultural e interpretação do patrimônio: discutindo conceitos

A cultura está intimamente relacionada com a história, os modos, costumes, saberes, e estilo de vida de cada povo. No mundo, existe uma diversidade cultural expressiva, por isso o turismo e a cultura andam relacionados. A cultura possui grande importância no cenário turístico, o que fez com que passasse a existir o chamado turismo cultural (MENESES, 2013).

Silberberg (1995) define turismo cultural como:

[...] visitação por pessoas de fora da comunidade receptora motivada no todo ou em parte por interesse em aspectos históricos, artísticos, científicos ou de estilo de vida e de herança oferecidos por uma comunidade, região, grupo ou instituição. (SILBERBERG, 1995, p. 361).

Ainda no âmbito conceitual, é possível identificar em alguns casos uma imprecisa definição do termo turismo cultural, tendo em vista a inúmera diversidade de “cultura” que o turista pode vir a consumir, como é observado nas definições divergentes dos autores Margarita Barreto e Baudrihayé, por exemplo.

Para Barreto (1995), o turismo cultural é conceitualizado por aquele que não tem como motivação principal o recurso natural. Ou seja, bens materiais e imateriais produzidos pelo homem.

Já Baudrihayé (1997) entende que pelo fato do turismo cultural está baseado em elementos culturais do núcleo visitado, também seria possível ampliar o conceito para o turismo de natureza abrangendo, por exemplo, o patrimônio agrícola ou arqueológico de uma comunidade justamente por fazer parte de objetos transformados pelo homem e transformadas durante séculos pela ação do indivíduo.

A partir dessa percepção a autora Flávia Roberta Costa (2014, p. 39) corroboram dentro de seu campo de estudo a necessidade de um conceito maior sendo de extrema importância considerar.

Uma análise mais ampla das motivações de seus participantes, das características de seu objeto e de seu público, da interatividade ou vivência de experiências culturais e das possíveis interrelações com a preservação e educação por meio do patrimônio cultural. (COSTA, 2014, p. 39).

Esta autora apresenta uma revisão da literatura sobre turismo cultural destacando 4 perspectivas distintas:

Entre os primeiros estudos observa-se uma perspectiva na qual o turismo cultural é indicado como um conceito retrógrado e distorcido de “cultura de elite” e “alta cultura!” sendo este turismo voltado a espetáculos de ópera, teatro, visitação a museus, monumentos entre outros atrativos considerados mais elitizados.

Outra abordagem, atrela turismo cultural ligado exclusivamente a visitação a um atrativo cultural em sua totalidade e pluralidade e motivado pelo interesse artístico, científico, de costumes, hábitos e todo o conjunto cultural que identifique determinado grupo.

Noutra perspectiva, o turismo cultural pode corresponder ao turismo como ferramenta para o aprendizado cultural envolvendo além da visitação a espaços culturais, a vivência, oportunizando aprendizados que vão além do que apenas os olhos podem ver.

Por fim, destaca ainda a abordagem do turismo cultural como ferramenta de aprendizagem inerente à necessidade humana de conhecimento.

A análise feita por Flávia Costa apenas reforça um fato já compreendido por aqueles que se interessam no aprofundamento sobre a temática do assunto, validando que o fenômeno do turismo cultural é complexo e composto de várias partes igualmente importantes. Em todas as perspectivas, porém, a associação ao que chamamos de patrimônio cultural aparece na formulação do entendimento do conceito.

Na contemporaneidade um forte aliado do turismo cultural tem sido a interpretação do patrimônio, que tem contribuído para a disseminação e valorização de determinados patrimônio culturais, possibilitando por meio de seus diversos artifícios, quando usados corretamente, benefícios à preservação do patrimônio destacando-se, entre outros: maior preservação do patrimônio, disseminação e perpetuação da história do local, como também pode auxiliar no aumento da procura pelo destino.

O patrimônio cultural se mantém, nas várias partes do mundo, como um recurso de desenvolvimento turístico. Nesse cenário, a interpretação do patrimônio é um processo que ganhou espaço nos últimos anos, por auxiliar no processo de compreensão dos significados por trás dos lugares e atrativos de cada região (JOHN, 2021).

Interpretar um patrimônio é torná-lo atrativo para outros conhecerem. A finalidade está em produzir um processo de mudanças cognitivas e afetivas nos visitantes e residentes que resultem em uma maior valorização e preservação do patrimônio material e imaterial do local, conforme Meneses (2013, p. 36). O autor ainda explica que:

Interpretar é produzir um significado para as coisas que veem e buscam usufruir prazerosamente nas suas vivências como turistas. É tornar possível um entendimento daquilo que não é cotidiano de quem vê; daquilo que, na maioria das vezes, é exótico e aguça a curiosidade de saber e de aprender. A atividade turística tem na sua essência a informação interpretativa que lhe é, assim, imprescindível e fundamental. (MENESES, 2013, p. 36).

Conforme aponta o autor, a interpretação do patrimônio contribui para que as pessoas descubram o significado dos lugares e atrativos que visitam, produzindo conexões emocionais e intelectuais entre os visitantes e o espaço. Cumpre um papel importante para a valorização da identidade local e inclusão social, acrescentando valor à experiência e vivência do visitante, especialmente por ser uma metodologia cuja aplicação só é possível se envolver a comunidade. As ações interpretativas exigem, portanto, a participação da comunidade local, daqueles que nasceram, cresceram ou se estabeleceram nas localidades possuem conhecimento enraizado, profundo e rico sobre o lugar. Nesse cenário, muitos intérpretes trabalham hoje em conjunto com as comunidades locais a fim de ajudá-las a compreender e trabalhar sua própria imagem (JOHN, 2021).

A associação desses atores sociais no processo de desenvolvimento do setor cultural de qualquer espaço é fundamental, com vistas a integrar atividades que visem configurar um método interpretativo, que deve objetivar:

1º investigar/aprender; 2º documentar/interpretar; 3º intervir/preservar; 4º informar/difundir o patrimônio histórico, artístico e cultural de um determinado local e, a partir disso, transformá-lo em atrativo a ser reconhecido e compreendido pelas pessoas que a visitam e, ainda,

valorizado e preservado por ambas. (MENESES, 2013, p. 38).

A metodologia de interpretação possibilita a disseminação do conhecimento sobre o patrimônio de uma localidade; a conscientização e a orientação sobre o uso do patrimônio; a confecção de um projeto de desenvolvimento que busque a sustentabilidade, focado no bem patrimonial apreendido e interpretado; a qualificação e capacitação de pessoal da própria comunidade para prestar os serviços referentes ao turismo cultural; estímulo ao desenvolvimento local com equidade; a sensibilização para atitudes preservacionistas e de promoção da memória histórica e regional (MENESES, 2013).

Os objetivos de um processo interpretativo pautam-se em três categorias: educativo; emocional; e comportamental. Os objetivos educativos descrevem aquilo que os visitantes devem conhecer; os objetivos emocionais estão relacionados com o que os visitantes deveriam sentir; e os objetivos comportamentais estão vinculados com o que deveriam fazer. Uma vez que se sabe o que se quer contar, é preciso considerar alguns elementos básicos que ajudem no entendimento da mensagem (MENESES, 2013).

Meneses se apoia na definição trazida por outros autores sobre a interpretação do patrimônio e seu significado, corroborando de que esta interpretação se caracteriza como “O processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar” (MURTA; ALBANO, 2002, p. 14).

Para estes autores, “mais que informar, interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, é proporcionar uma experiência inesquecível com qualidade” (MURTA; ALBANO, 2002, p. 15).

Freeman Tilden, considerado o pai da interpretação do patrimônio por ter sido uma das primeiras pessoas a estabelecer princípios e teorias sobre a temática da interpretação traz grandes considerações, e alguns princípios básicos para que seja implementado um plano interpretativo com sucesso, enfatizando que devemos:

- Utilizar todos os recursos de artes visuais e animações, mesmo quando se está trazendo assuntos de cunho científica ou histórico;
- Expor sempre a história completa e não apenas fragmentos;
- A acessibilidade deve ser prioridade, levando em consideração que

alguns visitantes podem ter necessidades especiais;

- Trazer para foco o sentido dos visitantes, estabelecendo uma conscientização pessoal sobre as características do ambiente visitado;
- Estimular a curiosidade do visitante, fazendo com que o mesmo sinta interesse em se aprofundar posteriormente sobre o assunto.

Tilden (2006, p. 119) ainda complementa que:

[...] é fundamental que no âmbito da interpretação a participação seja física. Se tentar incluir tudo o que seja completa ou predominantemente mental, a palavra começa a perder seu significado. Não só deve implicar um ato físico, também deve tratar-se de algo que o próprio participante considere novo, especial e importante para si mesmo. (TILDEN, 2006, p. 119).

Por esse motivo destaca neste processo a necessidade de incorporar outras metodologias de exposição do patrimônio para visitantes, servindo-se de ferramentas diversas como peças teatrais, poesias, desenhos, fotografias e esculturas, sem deixar de lado a importância dos guias e condutores que tem o total domínio do local e da necessidade dos visitantes

Segundo Maragliano (2008), a metodologia interpretativa pode ser utilizada como impulso ao desenvolvimento local, pois:

A interpretação do patrimônio desperta novos interesses e serviços que podem converter-se em oportunidades, indicando positivamente o desenvolvimento local. Uma boa interpretação pode converter em “produto” as singularidades de uma área protegida, ampliando a oferta de serviços locais compatíveis com a conservação, de forma atrativa e rentável. (MARAGLIANO, 2008, p. 64).

Dialogando com os teóricos citados anteriormente, destacamos a aplicabilidade dos conceitos e das práticas em duas pesquisas que contribuíram neste trabalho como referencial. A proposta de roteiro interpretativo, exposto em trabalho de mestrado pela autora, Lorena Angélica Mancini (2007), que aponta como as técnicas de interpretação do patrimônio podem auxiliar no estabelecimento de uma melhor comunicação com o visitante e na ampliação de seus conhecimentos. Com uma pesquisa e proposta voltada ao município de São Francisco do Sul, a autora traz uma minuciosa contextualização geografia e história da cidade e também expõe todo o processo de coleta de informações através de instrumentos como entrevistas informais com os turistas, e entrevistas direcionadas com membros do poder público,

privado e comunidade local. Realizando inicialmente um mapeamento detalhado dos patrimônios históricos e culturais da cidade de São Francisco do Sul, a autora elabora uma proposta de roteiro na qual lugares importantes da cidade, como memória e como patrimônio cultural, são integrados ao roteiro: mercado municipal, Museu nacional do mar, a sede do Iphan, Passeio de Barco pelas ilhas, destacando a Ilha da Rita, gastronomia e festas tradicionais como a festilha.

O outro referencial de pesquisa nesta revisão de literatura foi o estudo sobre o turismo cultural e os usos de estratégias de interpretação do patrimônio na cidade de Diamantina-MG, artigo de Felicidade e Silva (2018), no qual se destacam como as estratégias interpretativas podem facilitar a proximidade do turista com o patrimônio local. A partir de pesquisa de demanda junto a turistas que visitavam a cidade para identificação da satisfação nas visitas aos principais monumentos, as autoras elaboraram algumas estratégias para uma melhor comunicação e aproximação entre o visitante e a história do local, através das técnicas de interpretação do patrimônio. O mapeamento dos monumentos históricos e a pesquisa de satisfação subsidiaram a elaboração de propostas com estratégias interpretativas para patrimônio a ser visitado e de acordo com a singularidade de cada um. Assim, entre as possibilidades de estratégias propostas individualmente foram elencadas: técnicas de som e iluminação; elaboração de textos interpretativos; sinalização indicativa; mapas interativos; recepção atrativa ao turista; informações bilíngues e em braile; placas interpretativas; recriação de espaços; utilização de vídeos; audioguias; visitas guiadas. Tais estratégias neste trabalho chamam atenção para a preservação do patrimônio e seu aproveitamento como recursos ao turismo que muitas vezes ficam esquecidos, quando não utilizados em suas totalidades.

Essas discussões importam para subsidiar o TCC, pois através das visões de diferentes autores sobre o assunto central desse trabalho pode-se afirmar que, a interpretação do patrimônio como instrumento participativo leva as comunidades locais a reforçar laços sociais e sua identidade, ampliando a relação entre visitantes, comunidade e patrimônio, gerando alternativas comunicacionais e oportunidades turísticas que garantam a integração social. E mais importante, pode contribuir significativamente com a preservação do patrimônio e da cultura local, reafirmando sentimentos de pertença.

3.2 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NO BRASIL

A concepção de preservação do patrimônio cultural no Brasil é historicamente recente, advindos principalmente do legado deixado pelos modernistas, principalmente quando se trata do patrimônio intangível. A Semana de Arte Moderna em 1922, foi de grande importância para os primeiros passos para o modelo de preservação do patrimônio que conhecemos hoje. Tomando distância dos padrões europeus (que eram os que predominava na época) artistas do movimento se propuseram a percorrer vários cantos do Brasil inventariando culturas de diversas regiões, contribuindo para a valorização da “Brasilidade” e conseqüentemente para o registro de bens históricos, incluindo os patrimônios materiais da época.

Uma das primeiras propostas para organizar a proteção dos monumentos históricos é datada de 3 de dezembro de 1923, apresentada ao Congresso Nacional pelo então deputado federal por Pernambuco, Luís Cedro. O deputado propunha a proteção dos monumentos por meio da criação da Inspeção dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, que funcionaria em uma das dependências da então denominada Escola Nacional de Belas Artes ou do Museu Histórico Nacional, criado no ano anterior (CANTARELLI, 2019). A proposta vinha em momento de demolições de edificações coloniais, desaparecimento de ruas e bairros quase inteiros em cidades históricas como Recife, Salvador, nas primeiras décadas do século XX. À época, o projeto não foi adiante, pois considerou-se que implicava “aumento das despesas”.

No âmbito estadual, porém, as Inspetorias de Monumentos Históricos foram criadas na década de 1920 em 4 estados. Segundo Fonseca (2005, p. 95), foram, então, criadas Inspetorias de Monumentos Históricos em Minas Gerais, em 1926; na Bahia, em 1927, e, em Pernambuco, em 1928. Este movimento iniciado nos estados culminou com a criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais por Gustavo Barroso, em 1934.

A Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN) foi criada através do decreto nº 24.735, instituído pelo então presidente da época Getúlio Vargas em 14 de junho de 1934. Era ligada ao Museu Histórico Nacional, tendo por finalidade a inspeção e o auxílio ao governo federal, atuando na identificação de monumentos, artes e antiguidades que deveriam ser preservados, evitando que os mesmos fossem

demolidos ou alterados.

De acordo com IPHAN (1934-1937), entre as principais atribuições do órgão estava:

Organização de um catálogo dos edifícios dotados de 'valor e interesse artístico-histórico existentes no país' para propor ao governo federal aqueles que deveriam ser declarados Monumentos Nacionais, não podendo ser demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do MHN. A IMN não tinha autonomia para determinar quais edificações deveriam ser consideradas monumentos nacionais. Estava previsto apenas um levantamento a título de sugestão ao governo federal para que este então atribuísse o título de monumento. (IPHAN, 1934-1937, p. 1).

Importante salientar que mesmo antes da criação do IMN, quatro projetos de lei foram enviados ao Congresso, com vistas a normatizar o controle e a proteção do patrimônio sob administração do Estado, mas não chegaram a ser votados: o de autoria de Alberto Childe, voltado para a defesa do patrimônio arqueológico, em 1920; outro elaborado pelo deputado federal pernambucano Luís Cedro, em 1923; o do deputado federal por Minas Gerais Augusto de Lima, em 1924 – este específico para proibir a “saída de obras de arte retrospectiva do país”⁸⁵ – e, finalmente, o que foi escrito pelo deputado federal baiano José Wanderley de Araújo Pinho, em 1930 (MAGALHÃES, 2017)

É possível considerar as inspetorias como o primeiro órgão voltado à preservação do patrimônio. Suas atividades seriam encerradas e incorporadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (SPHAN) criado em 1937, atualmente denominado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Ao longo do século XX, assim como na Europa, no Brasil o conceito de patrimônio passou por diferentes modificações, até ser expressamente definido na forma como atualmente compreendemos pela Constituição Federal de 1988, que em seu art. 216 disciplina da seguinte forma:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios históricos, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, p. 42).

O texto legal passa a considerar como patrimônio cultural brasileiro uma maior variedade de bens, contemplando os bens de natureza material e imaterial. Nesse cenário, patrimônio é tudo o que conta a vivência de determinada época, que tem valor intrínseco, histórico e que detém o pertencimento das pessoas, remontando a inúmeras épocas, com distintas histórias e valores (BRASIL, 1988).

O decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 é considerado outro marco importante na história da preservação do patrimônio cultural no Brasil. Por meio deste decreto se “instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural Brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências” (IPHAN, 2000), organizando a proteção aos bens intangíveis a partir de um conjunto de medidas e instituindo o Registro do bem cultural em um dos Livros de Registro abaixo indicados:

I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Esse novo instrumento de preservação, o Registro, é aplicado aos bens de natureza imaterial, àqueles bens que obedecem às categorias estabelecidas pelo Decreto: celebrações, lugares, formas de expressão e saberes, ou seja, as práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas que os grupos sociais reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural. Ao serem registrados, os bens recebem o título de Patrimônio Cultural Brasileiro e são inscritos em um dos quatro Livros de Registro, de acordo com a categoria correspondente (IPHAN, 2014).

Além do Registro, no mesmo decreto se criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), com a responsabilidade de fomentar e apoiar o patrimônio imaterial, viabilizar projetos para identificar, reconhecer, salvaguardar e promover a dimensão imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Os primeiros registros dos bens imateriais aconteceram em 2002, quando a chancela patrimonial pelo IPHAN foi atribuída aos seguintes bens: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (Livro de Registro dos Saberes); Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi (Livro de Registro das Formas de Expressão); Círio de Nossa Senhora de Nazaré (Livro de Registro das Celebrações). A estes bens somam-se outros, de abrangência nacional, regional ou estadual, totalizando 52 bens registrados³.

O processo de registro e de recebimento da chancela patrimonial não correspondem a uma legitimação da existência do bem, pois este bem imaterial existe independente de seu reconhecimento. Os detentores dos saberes, das práticas referentes a um bem imaterial continuam garantindo a continuidade através da transferência destes saberes por gerações. Este reconhecimento do bem como parte integrante da identidade, da história e da memória por parte dos grupos detentores permitiu a continuidade e a preservação do bem mesmo antes do reconhecimento pelo Estado brasileiro.

Importante destacar ainda que a proteção ao patrimônio, material ou imaterial, pode ser feita nas esferas Federal; na esfera estadual; e Registro de Patrimônio municipal, podendo se dar simultaneamente nas três esferas sem que uma exclua a outra.

³ As informações sobre quais os bens registrados foram extraídas do portal institucional do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/> e via site: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/reconhecimento-de-bens-culturais/livros-de-registro>.

4 METODOLOGIA

De acordo com Odília Fachin, a pesquisa em sua estrutura principal pode ser definida por ser um procedimento intelectual na qual o locutor tem como objetivo tomar conhecimento acerca de determinado assunto por meio de um profundo estudo da realidade e da constante busca por novas verdades sobre um fato.

É possível definir uma pesquisa de acordo com sua abordagem sendo ela de natureza qualitativa, quantitativa ou mista.

Pesquisas com abordagens qualitativas não são encarregadas ou fazem uso de dados para aprimorar seu método de pesquisa. Essas são influenciadas por diversas técnicas interpretativas com a função de descrever, decodificar, interpretar e só assim, chegar a um acordo quanto ao significado (EASTERBY-SMITH; THORPE; LOWE, 1999).

Entretanto, quando se trata de pesquisas com abordagens quantitativas é possível caracterizar através das análises de dados, com o objetivo de sanar além das dúvidas apresentadas, também é necessário testar hipóteses já estabelecidas a fim de confirmar os dados obtidos. A abordagem quantitativa baseia-se na medição numérica, na contagem e usa de dados estatísticos para chegar com precisão aos padrões de comportamento (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Uma pesquisa também pode adotar o tipo de abordagem mista, pela qual utiliza os métodos de pesquisa tanto da abordagem quantitativa quanto a qualitativa (GIL, 2002).

Nesta pesquisa, a metodologia utilizada foi de natureza quanti-qualitativa, na qual foi realizado um mapeamento prévio do patrimônio cultural do município da Ilha de Itamaracá. Esta pesquisa serviu para subsidiar a proposta por nós apresentada e seguiu algumas etapas.

Primeiramente, em uma revisão bibliográfica, através de um estudo qualitativo e descritivo, sob uma abordagem ampla de literatura e fontes como artigos, livros e sites. Por meio desta, foi possível identificar conceitos importantes, como turismo e patrimônio, turismo cultural, interpretação do patrimônio, bem como sobre a história e a caracterização turística da Ilha de Itamaracá.

Paralelamente, foi realizada uma pesquisa virtual em sites de entes e órgãos públicos com o objetivo de identificar documentos institucionais, políticas e mapeamentos culturais referentes ao município: Prefeitura Municipal da Ilha de

Itamaracá, IPHAN, FUNDARPE.

A fim de identificar as avaliações de experiências turísticas no município, uma pesquisa virtual também em sites de viagens como o Tripadvisor, que permite acesso a relatos curtos de viajantes e suas avaliações sobre a visita a locais turísticos no município.

Por fim, também foi realizada uma pesquisa de campo com duas (02) visitas *in loco* no município na qual foi possível realizar registros fotográficos dos principais sítios e patrimônios culturais locais. Durante a visita de campo foi realizada uma (01) entrevista com moradores da localidade de Vila Velha; e aplicada entrevista com 03 turistas; e conversas com alguns guias de turismo do município com o objetivo de identificar a oferta turística do local.

Estes procedimentos possibilitam adotar a entrevista com um como instrumento de coleta de dados, nos ajudou a entender as principais necessidades no local e informações mais precisas como, por exemplo, o que os turistas que visitavam o local esperavam ver ao chegar no ponto turístico.

Dessa forma, por meio dos métodos de pesquisa utilizados, foi possível reunir informações concretas para assim construir uma compreensão consolidada a respeito do assunto abordado. A mesclagem de pesquisas e conceitos de métodos de pesquisa distintos foi a peça chave para que fosse possível alcançar o resultado da pesquisa desejado no trabalho textual.

5 HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO TURÍSTICA DA ILHA DE ITAMARACÁ

5.1 A ILHA DE ITAMARACÁ: FORMAÇÃO HISTÓRICA

Os registros da história da Ilha de Itamaracá remontam ao início da colonização do Brasil para compreender as “primeiras” transformações das suas paisagens. Sede da primeira fábrica oficialmente instalada no Brasil por Cristóvão Jaques, navegador português que entre os anos de 1480 e 1530 participou da frota do explorador Gonçalo Coelho, que em 1503 reconheceu o litoral brasileiro. Em 1516 foi enviado pelo rei de Portugal, D. Manuel, para expulsar os franceses que se instalaram da costa do Brasil à Ilha de Itamaracá.

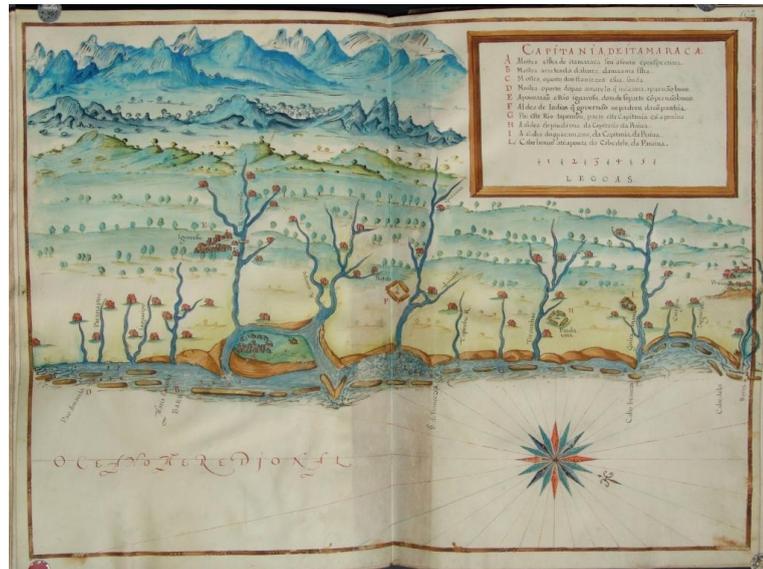
Sobre este período inicial, Holanda (1997) descreve a expedição oficial de Cristóvão Jaques entre 1516-1519, que teve como objetivo impedir a pirataria da madeira brasileira feita pelos franceses. Cristóvão Jaques foi designado para a missão pelo fato de já conhecer as terras brasileiras desde 1503.

A expedição que teve como resultado a instalação de uma feitoria em Pernambuco, possibilitou que por mais de dois séculos a capitania de Itamaracá fosse um ponto muito importante para a implantação da colônia portuguesa no país e das suas lutas contra as investidas francesas e holandesas. Em 1526, o cultivo da cana-de-açúcar predomina na Ilha, já tendo esta uma feitoria suficientemente organizada para a manufatura e exportação do açúcar (ASSIS, 2001).

Em 1526, existem registros de que, Duarte Coelho Pereira (militar e administrador das colônias de Portugal) celebrava missas junto ao padre Francisco Garcia na igreja de Nossa Senhora da Conceição, que como forma de homenagem a igreja durante anos a lugar hoje nomeado Vila Velha foi a princípio chamada de Vila Nossa Senhora da Conceição (PREFEITURA DE ITAMARACÁ).

A fundação da vila está ligada à doação da capitania de Itamaracá (Mapa 1) feita por D. João III, rei de Portugal, a Pero Lopes de Sousa no dia 1 de setembro do ano de 1534, ano em que as cartas de doação foram emitidas.

Mapa 1 – Mapa topográfico Capitania de Itamaracá, 1612 (Carta geográfica de João Teixeira Albernaz I)



Fonte: <https://brasilhis.usal.es/es/cartografia/capitania-de-itamaraca>

A partir do ano de 1630, Vila Velha, em Itamaracá, já possuía mais de cem prédios, entre eles, câmara, cadeias, igrejas e a Santa Casa da misericórdia, que com relação a Santa Casa da Misericórdia, que segundo Seabra (2003) afirma ter suas atividades no ano de 1575, e atribuindo a mesma o título de primeira Santa Casa do Brasil. Entretanto, debates relacionados com o pioneirismo das edificações não são necessariamente os focos desta pesquisa.

A vila prosperou bastante através da economia açucareira, como também era utilizada para escoamento de outros produtos como o Pau-Brasil e exatamente esses fatos foram determinantes para que a capitania de Itamaracá se tornasse alvo das invasões holandesas em 1630.

Com relação a esse episódio que marcou a história da ilha, podemos destacar um dos trechos do Rotas do Patrimônio, projeto conduzido pelo IPHAN em parceria com o programa monumentos – BID, que apresentou várias publicações sobre roteiros completos com dicas de locais para visitação, lazer, gastronomia entre outros. Na edição publicada em 2010 sobre o Forte refere-se da seguinte forma:

No ano seguinte, em 1631, os holandeses tentaram conquistar a Ilha de Itamaracá, que tinha como principal acesso às áreas produtivas o Canal de Santa Cruz, que separa a ilha do continente. Uma vez dominada a entrada do canal, os holandeses passariam a controlar o acesso marítimo aos importantes portos utilizados para escoamento de riquezas. (IPHAN, 2010, p. 1).

Após a instalação dos holandeses em terras pernambucanas, uma das decisões mais imediatas por parte dos invasores foi investir na edificação de fortes para auxiliar na proteção e o mais conhecido dentre eles é o Forte Orange, construído em 1631, (um ano após os holandeses terem tomando Recife) foi edificado na entrada da barra do Canal de Santa Cruz e foi nomeado de Forte Orange, em homenagem a dinastia que governava a Holanda na época das Invasões.

A partir de 1646, iniciou-se o movimento chamado "Insurreição Pernambucana", e várias batalhas aconteceram. Entre as mais conhecidas e mantidas na memória local está a batalha dos Guararapes de 1649. Sobre ela, o historiador Pernambuco Everaldo Melo destaca a resistência ao invasor e cita os então moradores da Ilha (MELLO, 2014).

A resistência aos holandeses foi feita com tropas de portugueses, castelhanos e italianos, com participação marginal de contingentes da terra, a partir de 1631. Durante a restauração, ao contrário, a chamada "infantaria natural" que reunia os terços de gente livre, índios e negros de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba correspondem permanentemente a cerca de 2/3 do total dos efetivos luso-brasileiros. (MELLO, 2014, p. 54).

Após a derrota dos holandeses, ocorrida no ano 1654, o forte foi abandonado, sendo o trabalho de reconstrução iniciado em 1696 com a substituição dos símbolos flamengos pelas armas e arquitetura portuguesa. Sob a retomada do domínio português o forte foi renomeado de Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá.

A partir de 1654, as Capitânicas do Norte afetadas pela invasão holandesa passaram por uma reestruturação e, conseqüentemente, a capitania de Itamaracá foi afetada. O autor Manuel Correia de Andrade (1999) em seu livro intitulado "Itamaracá, uma capitania frustrada", retrata os eventos que culminaram no fim da capitania de Itamaracá, que foi anexada à capitania de Pernambuco em 1763. A Vila de Nossa Senhora da Conceição, atual Vila Velha, que tinha sido sede da capitania, perdeu assim o prestígio.

Do ponto de vista administrativo, vale salientar que durante muitos anos a ilha

era distrito e subordinada ao município de Igarassu. Foi elevada à categoria de município apenas em 31/12/1955 à luz da lei estadual nº 3338, tornando-se município da região metropolitana. Já no ano de 1997, o município de Itamaracá passou a ser chamado de "Ilha" de Itamaracá, sendo assim até os dias atuais (PREFEITURA DE IGARASSU, 2015).

A Ilha de Itamaracá faz parte do litoral norte do estado de Pernambuco e segundo dados do censo do IBGE de 2010, sua população era de 21.884 mil habitantes, distribuídos numa área de 66,684 km². A estimativa de crescimento populacional para 2021 segundo o IBGE seria de uma população média da Ilha de Itamaracá em 27.076 mil habitantes (IBGE, 2013).

A Ilha se localiza a cerca de 46,2 km² de distância do aeroporto mais próximo que fica localizado na cidade do Recife (Mapa 2). O local é interligado ao continente através da ponte Presidente Getúlio Vargas e os cidadãos da Ilha nomeiam-se itamaracaenses.

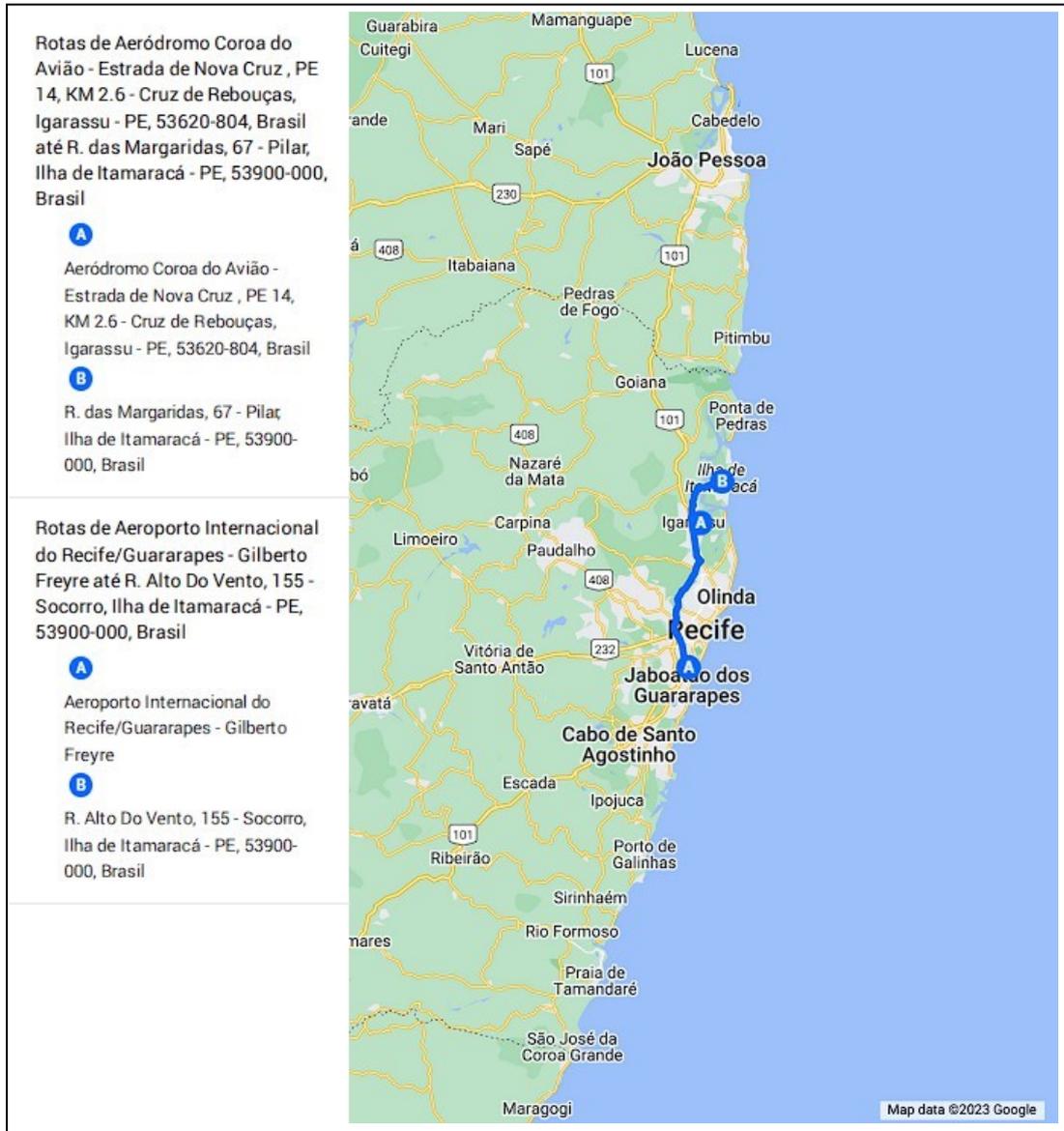
Mapa 2 – Localização da Microrregião Itamaracá



Fonte: professormarcianodantas.blogspot.com/2017/03/o-estado-de-pernambuco.html

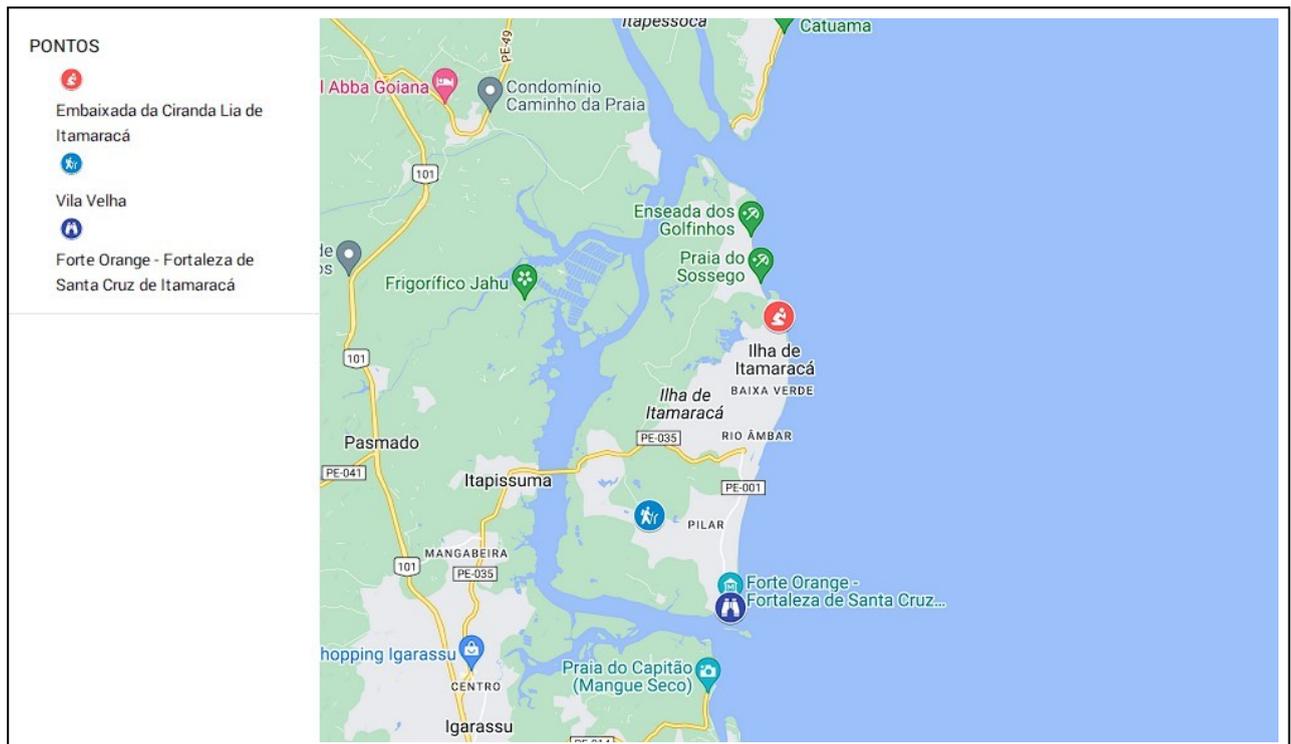
Nas últimas três décadas, a Ilha de Itamaracá tem se configurado no contexto metropolitano como uma “zona periférica de lazer” que atrai os fluxos polarizados da área central e suas adjacências. Sua singularidade insular e a proximidade do núcleo metropolitano tornaram-na um destino privilegiado para os mais diferentes tipos e classes sociais que se vinculam, principalmente, ao turismo de segunda residência (ASSIS, 2001).

Mapa 3 – Localização dos Aeroportos em relação a Microrregião Itamaracá



Fonte: Autores / MyMaps (2023).

Mapa 4 - Localização Geográfica dos pontos turísticos da Microrregião



Fonte: Autores / MyMaps (2023).

5.2 MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA ILHA DE ITAMARACÁ

O município da Ilha de Itamaracá possui uma riqueza histórica e cultural imensa e bela, que abrange as várias tipologias, desde grandes construções arquitetônicas marcadas por participar de grandes momentos históricos, como também a grande diversidade cultural que é perpassada por gerações e que nos permite conhecer e apreciar até os dias atuais. Esta riqueza, porém, é pouco explorada.

No mapeamento exposto a seguir apresentamos o patrimônio cultural do município dividido entre patrimônios materiais, imateriais e patrimônio vivo, abrangendo os três pólos que constituem nosso objeto de estudo. Este mapeamento dá embasamento para a proposta de interpretação do patrimônio, sendo respectivamente: Vila Velha; Forte Orange; e Embaixada da Ciranda de Lia. Vale destacar que, mesmo não fazendo parte da proposta principal, foram mapeados outros patrimônios turísticos igualmente importantes, mas que não estão incluídos no projeto. Para alcançar os objetivos propostos no trabalho, realizamos visitas ao município contemplando os três lugares selecionados na pesquisa. As visitas permitiram olhar

in loco para a análise de campo, a realização de entrevistas, e os registros fotográficos, que trouxeram informações pertinentes à natureza do objeto em estudo e à elaboração da proposta de intervenção.

Muitos dos patrimônios abaixo mapeados encontram-se destacados no Plano Diretor do município, estabelecido pela Lei nº 1.050/2007⁴. O Plano Diretor corresponde ao instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, e constitui documento e instrumento fundamental para a gestão dos municípios. É um documento que serve como instrumento de planejamento e estabelece regras que orientam e induzem o crescimento da cidade.

No Plano Diretor Participativo da Ilha de Itamaracá a política de desenvolvimento turístico é descrita no Capítulo II, em especial nos artigos 15 e 16. Tratam do fortalecimento e promoção da política e cabe destacar aqui que as ações previstas pactuam também com o patrimônio material e imaterial. Assim, no Art. 15 ao tratar do fortalecimento da atividade turística pode-se destacar a ação de “I - Estimular eventos culturais que destaquem fatos históricos e pitorescos, e demais atrativos específicos da Ilha de Itamaracá” (ILHA DE ITAMARACÁ, 2007).

Sobre as políticas de desenvolvimento turístico previstas no Art. 16 podem ser destacadas:

[...] V - Priorizar a valorização, reabilitação e restauro do patrimônio arquitetônico e arqueológico.

VI - Desenvolvimento programas de conscientização da população residente e de turistas de segunda residência para o conhecimento e valorização do patrimônio natural e cultural. IX- Implantar cadastro cultural e programas de apoio à revitalização das manifestações culturais.

XI - Promover um calendário anual de eventos integrados à dinâmica cultural e do lazer, diretamente ligado aos aspectos da cultura material e imaterial local.

As ações municipais voltadas ao patrimônio cultural e ambiental perpassa todo o texto do Plano Diretor, sendo exposto ao longo do documento ações voltadas para a política de desenvolvimento econômica no município e os instrumentos utilizados para chegar no objetivo, através de instrumentos jurídicos, urbanísticos, regulamentação fundiária como também instrumentos tributários e financeiros. Ao

⁴ O acesso ao documento legal, intitulado Plano Diretor Participativo da Ilha de Itamaracá, foi realizado a partir de pesquisa virtual no site da prefeitura municipal . Não foi possível identificar, porém, se o documento foi atualizado nestes últimos anos e se as ações previstas foram realizadas

longo do plano são expostos todos os recursos para que sejam cumpridas as políticas de promoção e desenvolvimento do turismo na região. Cabe destacar, no entanto, que o estabelecido não tem sido implementado.

Quanto aos patrimônios culturais eles aparecem no Art. 96 no qual estão indicadas as ZEIHC, são considerados os seguintes sítios ou conjunto histórico-cultural:

- [...] I - A Vila de Nossa Senhora da Conceição (Vila Velha) marco de fundação do território, que guarda a igreja de Nossa Senhora da Conceição e outros relevantes registros históricos e arquitetônicos.
- II- O Forte Orange, marco colonial das disputas pelo território no período entre Portugueses e Holandeses.
- III - Os engenhos Amparo e São João, remanescentes do ciclo do açúcar com os registros em ruínas dos componentes essenciais dos engenhos.
- IV- A igreja de Nossa Senhora do Pilar, marco referencial da fundação da vila naquele local como sede administrativa do território.
- V- A igreja do Bom Jesus dos Passos em Jaguaribe, que dá origem ao conjunto de expansão urbanas a partir do assentamento do Pilar.
- VI- A Igreja de São Paulo, isolada nas paisagens nas proximidades do Forte Orange.
- VII- As ruínas da Capela do Bom Jesus Menino.

Por fim, é importante salientar que boa parte das recomendações não estão sendo seguidas na prática, também é importante frisar que é de extrema importância a atualização das metas através da confecção de um novo plano (tendo em vista que o arquivo utilizado para fins desta pesquisa data do ano 2007). Porém, mesmo com o déficit de informações mais recente, com os recursos disponibilizados nesses planos, entre outras fontes foi possível a confecção do mapeamento que será exposto a seguir. A seguir apresentamos os patrimônios culturais identificados no município.

5.2.1 Patrimônio Material

A casa grande do conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira. Se localiza no Engenho São João (Figura 1), na PE-35, engenho no qual já existia desde 1747, conglomerado de patrimônios históricos, carregados de conquistas sociais e memórias, onde a presença da escravidão era clara. Se faziam presente a casa grande, moita, capelas e senzala, embora nos dias atuais restam apenas a moita e a casa grande (FUNDARPE, 1983).

A fonte mais antiga sobre os primeiros proprietários do engenho data do final do século XVII, sendo difícil afirmar que não existam fontes ainda mais antigas que registrem, por exemplo, a implantação do Engenho.

Em 1815, os registros mostram o engenho nas mãos de João de Medeiros Raposo – avô do importante estadista brasileiro, Conselheiro João Alfredo. O engenho São João tem grande valor histórico pelo fato de ser o primeiro engenho Brasileiro a utilizar maquinário a vapor para beneficiar a produção de cana-de-açúcar, entre os anos de 1840 e 1870, inserido no contexto de modernização da produção açucareira no Brasil e também em Pernambuco.

Figura 1 – Engenho São João



Fonte: Google Street View

Na casa grande do engenho São João (Figura 2) nasceu, no dia 12 de dezembro de 1835, o conselheiro João Alfredo, o qual foi redator da Lei Áurea e Ministro do Império. Em documento denominado exame técnico acostado ao processo de tombamento da casa do Conselheiro João Alfredo, consta que a casa grande foi construída pelo mestre Pedro, sobre as ruínas de uma casa antiga por volta do século 18.

Diante sua importância histórica, a construção foi tombada pelo governo do estado através da Fundarpe no ano de 1983 (FUNDARPE, 1983).

Figura 2 – Casa Grande do Engenho São João



Fonte: Ashley Melo/JC (2015)

Entre os principais atrativos turísticos, e integrado à história da Ilha de Itamaracá, destaca-se o Forte Orange (Figura 3) ou também conhecido como Fortaleza de Santa Cruz. Situado cerca de 47,1 Km de distância de Recife, nome dado levando em consideração a localização do Forte, na entrada Sul do canal de Santa Cruz (FERNANDES, 2022) é o principal cartão de visitas do município em termos de patrimônio cultural.

O forte voltou a ser abandonado, desta vez pelos portugueses por volta de 1800, mesmo assim a edificação continuou sendo palco de momentos históricos, como a Revolução Pernambucana de 1817, por abrigar o Vigário Pedro de Souza Tenório, pároco da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, de Vila Velha, reconhecido como um dos mártires dessa revolta. Condenado pelo crime de lesa-majestade, o dia de seu enforcamento, 10 de julho, acabou por se tornar a celebração da Data Magna do Município de Itamaracá. A festividade ocorre até os dias atuais em forma de feriado municipal (NETO, 2020).

Com o passar dos anos a edificação deixou de ser utilizada para fins militares e acabou ficando durante anos inutilizada. A Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, porém mesmo com o reconhecimento do valor histórico do monumento pelo IPHAN, apenas a partir do ano de 1960 o monumento voltou a despertar o interesse do poder público,

através de uma parceria entre Ayrton Carvalho, responsável pelo IPHAN, o Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, e o Exército Brasileiro, que decidiram investir no potencial histórico e arqueológico da área.

A história do Forte é marcada por uma história mais recente e pouco conhecida, a de Zé Amaro, mais conhecido como guardião do forte. A ligação entre Zé Amaro e o Forte Orange aconteceu de forma bastante curiosa. O homem foi levado a Casa de Detenção do Recife em 1970, destinado a cumprir uma pena de 20 anos pelo crime de homicídio, contudo após um ano, o prisioneiro foi transferido para continuar sua pena na penitenciária agrícola de Itamaracá (P.A.I).

A vida de Zé Amaro mudou completamente quando foi designado junto com outros 39 prisioneiros para compor uma equipe de limpeza e requalificação do Forte, que foi restaurado por iniciativa do Exército brasileiro entre os anos de 1971 e 1973. Enquanto exercia o trabalho de limpeza do forte, desde o primeiro encontro, Zé Amaro se apaixonou pelo patrimônio histórico. A partir daquele momento, o prisioneiro dedicou uma promessa à Nossa Senhora da Conceição, que assim que estivesse livre de sua pena, se possível fosse viveria ali no Forte Orange e também passaria um ano acorrentado a uma bola de ferro.

Após cumprir 8 anos de prisão, Zé Amaro conseguiu a liberdade condicional por bom comportamento e Amaro teve a permissão de morar nas instalações do Forte concedida pelo Exército brasileiro, com a condição de manter a salvaguarda e limpeza do local.

Durante os anos que morou no Forte Zé Amaro, agora conhecido como guardião do Forte, montou uma pequena oficina de arte, passando a atuar em conjunto com outros amigos que conheceu durante seus anos em confinamento. Ali fazia suas obras talhadas em madeira que eram vendidas e o valor convertido era aplicado na iniciada de conservação das edificações do Forte. Mesmo com poucos recursos e de forma modesta, Zé Amaro cumpriu sua promessa e cuidou com todo zelo e carinho do lugar a qual dizia sentir uma conexão inexplicável desde a primeira vez que pisou seus pés:

Eu não posso me separar da ilha porque sou uma parte do Forte Orange. Eu sou uma pedra do Forte e não posso sair dali. Escolhi a ilha para morar e com fé em Deus vou viver muitos anos ali. Dei minha vida para aquele lugar e não me arrependo. Faria tudo de novo sem pestanejar". (ORANGE DE ITAMARACÁ, 2011, p. 1).

A história do ex-presidiário no Forte Orange atraiu vários visitantes e atualmente uma das salas do Forte é dedicada a contar sua história e mantém algumas de suas peças em exposição, incluindo a famosa bola de ferro que acompanhou o ex-presidiário durante o ano de sua promessa.

Figura 3 – Forte Orange



Fonte: Manteuffel (2006).

Com a ascensão administrativa do Pilar (região mais central da Ilha de Itamaracá) a Igreja Nossa Senhora da Conceição perdeu o título de Igreja Matriz, que foi transferido para a Igreja do Pilar em 1866. Essa igreja foi construída em 1547 através de um terreno doado por uma devota da santa, Beatriz Pinheiro de Lima. Quando o povoado foi elevado à categoria de Vila, em 1831, a igreja tornou-se a matriz da Vila. Nessa nova condição do povoado e instalação da Casa de Câmara, a antiga Vila da Conceição passou a ser chamada de Vila Velha (MACHADO, 2022).

Além de patrimônio histórico a igreja é o espaço religioso a partir do qual a devoção à Nossa Senhora do Pilar ganha espaço com festividades seculares que continuam acontecendo anualmente, como a procissão terrestre e a Buscada, uma procissão marítima com jangadas e canoas, com a imagem da Nossa Senhora do Pilar até o cruzeiro da igreja (MACHADO, 2022).

Figura 4 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar



Fonte: Autores (2022).

Outro importante patrimônio material da Ilha de Itamaracá é o Engenho Amparo, também conhecido como Sítio Bom Jesus, localizado na parte sudoeste da Ilha de Itamaracá, a 41,5 Km da cidade do Recife. Estipula-se que, o engenho do Amparo existe desde o século XVII.

A intensa produção açucareira do engenho foi registrada pelo inglês e senhor de engenho Henry Koster, por volta do ano de 1813 (IPATRIMÔNIO, 2022).

Assim como a representatividade da atividade econômica na região, o Engenho Amparo (Figura 5) foi relevante também para desenvolvimento cultural, social e econômico para Pernambuco, restando atualmente apenas à moita, a Capela e com elas vestígios da senzala, representando a utilização da mão de obra escrava. O engenho teve seu tombamento estadual realizado em 1985 pela FUNDARPE, através do processo de Tombamento nº 818/85, passando a integrar o Livro de Tombo (PATRIMÔNIO, 2022).

Figura 5 – Ruínas do Engenho Amparo



Fonte: Lugares Históricos : Vila-velha

Como já salientado, Vila Velha (Figura 6) também compreende um local de grande importância histórica para o Brasil. O patrimônio edificado ainda existente coexiste com muitos bens edificados em ruínas. O patrimônio histórico ali encontrado se vincula intensamente à história de Pernambuco em vários momentos, como já exposto. Situada no ponto mais alto da Ilha de Itamaracá, tem 7 km de subida, com acesso hoje pela rodovia PE-035, que dá acesso ao município. Apresenta vistas únicas e marcantes para todos os visitantes do local. Atualmente bairro do município, foi sede da capitania de Itamaracá, sob invocação de Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá. A igreja, devotada à santa que deu nome à vila, assim como o município carrega suas histórias e seus marcos (PREFEITURA DE ITAMARACÁ).

Figura 6 – Vila Velha



Fonte: Autores (2022)

Em Vila Velha, as ruínas das edificações históricas também apresentam grande importância e significado histórico. Contudo, observa-se a falta de conservação desses patrimônios, seja devido à negligência ou ao reconhecimento dos atributos patrimoniais. Uma destas edificações em ruínas é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Figura 7), sobre a qual poucas informações existem na historiografia identificada. As poucas informações encontradas são vagas e esparsas e também não há relatos da data de construção da igreja, porém, sabe-se que durante o período colonial a igreja abrigou a Irmandade de Homens Pretos, em atuação desde o século XVIII.

Figura 7 – Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos



Fonte: Autores (2022)

O acesso até as ruínas é bastante escondido e sem nenhum auxílio de placas indicativas e informativas sobre o monumento, fazendo com que muitas das pessoas que visitam a vila deixem de conhecer este patrimônio por falta de sinalização adequada. Os fundos da igreja (Figura 8) são usados atualmente como cemitério onde moradores da Vila são enterrados. Quem é nascido e crescido na região, pode expressar seu desejo para que diante do seu falecimento, seja enterrado na Igreja, como explicou um dos moradores em uma entrevista realizada pelos autores⁵.

⁵ A entrevista com o morador citado aconteceu durante a visita dos autores em maio de 2021.

Figura 8 – Fundos das ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos



Fonte: Autores (2022)

A Igreja Nossa Senhora da Conceição (Figura 9) corresponde à principal arquitetura religiosa da Ilha de Itamaracá, mais precisamente em Vila Velha, e foi erigida como capela no interior do antigo Fortim que fora construído em 1534 pelo capitão João Gonçalves (MACHADO, 2022).

É importante observar sob qual ótica a igreja foi construída, tendo em vista que, o objetivo de sua construção em 1547 foi a invocação de Nossa Senhora da Conceição, a qual é a santa padroeira de Portugal. Nesse sentido, trata-se da segunda igreja mais antiga do Brasil, seguindo apenas a de São Cosme e Damião, em Igarassu, que é datada de 1535. (MACHADO, 2022).

Nos dias atuais, a Igreja não se encontra nas melhores condições de preservação, já que grande parte da tentativa de preservá-la foi iniciativa dos próprios moradores da região. É nesta igreja que se encontra sepultado o padre Pedro de Souza Tenório, herói da Revolução Pernambucana de 1817.

Figura 9 – Igreja Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Autores (2022)

Na Ilha de Itamaracá, mas especificamente em Vila Velha, também se localiza a cabana Forno de Cal (Figura 10). O local foi restaurado na década de noventa pelo artista plástico e nativo Enildo Lira.

Figura 10 – Parte frontal da Cabana Forno de Cal – Vila Velha



Fonte: Autores (2022)

Essas cabanas eram comuns na região mediterrânea da Europa e no Norte da África, em meados do séc. XX. Cabanas de pedra calcária eram construídas para serem utilizadas como grandes fornos, para que assim fosse possível derreter a pedra e retirar a cal que era misturada com barro. Essa mistura era utilizada para a substituição do cimento, utilizando lenha como combustível da produção (SILVA e SILVA, 2014).

Nos dias atuais, na parte superior do forno, existe um quiosque, onde Seu Enildo junto com sua esposa e seus filhos, atende os visitantes e vende itens decorativos da Ilha.

5.2.2 Patrimônio Imaterial

5.2.2.1 A Ciranda

Uma das principais manifestações culturais de Itamaracá é a ciranda, com sua principal representante, a cirandeira Lia de Itamaracá. Os primeiros relatos da ciranda (Figura 11) no Brasil foram durante as décadas do século XVIII, entretanto, só tenha sido instrumento de estudos nos anos de 1960, sendo bastante influenciado, ou melhor, influenciando na região nordeste do país. Por volta da década de 70, foram criados festivais de ciranda, principalmente em Recife e Olinda (FRANÇA, 2011).

Figura 11 – Ciranda



Fonte: Breno Laprovítera (2019).

A Ciranda é caracterizada primeiramente por uma dança em formato de círculo de mãos dadas e ao som de uma só canção, assim como retrata a própria Lia de Itamaracá em Eu sou Lia “Pra se dançar Ciranda, juntamos mão com mão, formando uma roda cantando uma canção” (FERNANDES, 2021).

Os participantes são chamados de cirandeiros, há a participação também de um mestre, aquele no qual será responsável pelas canções, contramestre e músicos, que ficaram no meio da roda. Os principais instrumentos que compõem a dança são representados pelos seguintes instrumentos: Zabumba, o mineiro ou ganzá, o Tarol e o caracaxá (FERNANDES, 2021).

Os primeiros relatos da ciranda (Figura 11) no Brasil foi durante as décadas do século XVIII, entretanto, só tenha sido instrumento de estudos apenas nos anos de 1960, e é possível afirmar que além de tardios também foram poucos os estudos sobre o ritmo. Em Pernambuco a obra do padre e musicólogo Jaime Diniz, *Ciranda: roda de adultos no folclore pernambucano*, publicada na Revista do Departamento de Extensão Cultural e Artística, em 1960, é considerada pioneira no estado.

Outro pesquisador que trouxe grandes contribuições para o estudo da ciranda foi o autor Evandro Rabello, nascido em 7 de setembro de 1935, em Aliança (PE) e licenciado em história pela Universidade Católica de Pernambuco, o autor sempre dirigiu seus trabalhos a manifestação folclórica e à cultura popular. Em 1979, publicou *Ciranda: dança de roda, dança da moda*, onde trouxe reflexões sobre o folguedo e inclusão sobre o mercado da indústria cultural. Em sua obra, o folclorista apontou as mudanças operadas no folguedo, resultantes das ações implementadas nos anos 70 pela Empetur (FRANÇA, 2011).

Ciranda é caracterizada primeiramente por uma dança em formato de círculo de mãos dadas e ao som de uma só canção, assim como retrata a própria Lia de Itamaracá em seu CD “Pra se dançar Ciranda, juntamos mão com mão, formando uma roda cantando uma canção”. (FERNANDES, 2021).

Os participantes são chamados de cirandeiros, há a participação também de um mestre, aquele no qual será responsável pelas canções, contramestre e músicos, que ficaram no meio da roda. Os principais instrumentos que compõem a dança são representados pelos seguintes instrumentos: Zabumba, o mineiro ou ganzá, o Tarol e o caracaxá (FERNANDES, 2021).

A ciranda foi categorizada como uma expressão popular – genuína dança do povo praticada por trabalhadores rurais, pescadores de mangue e de mar, operários de construção não especializados e biscateiros (DINIZ, 1960, p. 15). Geralmente dançada a noite, nos finais de semana e sem datas ou festividades específicas a qual o ritmo estivesse atrelado, porém vale salientar que o jornalista Leonardo Dantas Silva (1978) em suas pesquisas informa que a ciranda era celebrada com mais frequência durante o período junino.

A ilha de Itamaracá é um grande destaque quando falamos sobre a ciranda, pois além de ser berço da nomeada, rainha da Ciranda a ilustre, Lia de Itamaracá (que será citado com destaque no capítulo a seguir) também foi durante muitos anos palco de grandes eventos e festivais de ciranda. As primeiras iniciativas de políticas públicas

no município aconteceram no ano de 1981, realização conjunta entre a Empetur, a Secretaria Municipal de Turismo e o Restaurante e Bar Sargaço, e aconteceram entre os meses de setembro e outubro (VICENTE *et al.*, 2007).

O festival foi idealizado e criado com o objetivo de preservar e divulgar a ciranda e atrair visitantes à Ilha de Itamaracá, segundo informações da então secretária da época, Valderlusa D'Arde durante o festival de ciranda eram realizadas competições, sendo aceitos apenas grupo de Pernambuco. O concurso levava em consideração os critérios de coreografia e ritmo e todos os inscritos ganhavam cachê e transporte até o local do evento e os três primeiros colocados ganharam a premiação principal (VICENTE *et al.*, 2017).

Vale salientar que, em 2012 foi aprovada a Lei 1.213/2012, que instituiu o dia 12 de janeiro como o Dia Municipal da Ciranda em homenagem à Lia de Itamaracá. O decreto também intitula a ilha como a Capital da Ciranda.

Já no contexto atual, segundo as pesquisas feitas para o presente trabalho não há no município ações ou políticas voltadas à preservação e disseminação desta manifestação cultural pelo qual o próprio município é conhecido nacionalmente. Hoje na Ilha não existem festivais nem qualquer evento relacionado à ciranda, apenas eventos isolados, por vezes em datas celebrativas, apesar da importância que a ciranda possui para a cidade. Um dos últimos eventos relacionados à dança, aconteceu em 2018. E mesmo com a retomada das atividades de cunho turístico após os anos mais restritos da pandemia mundial de Covid-19, somente em março de 2023 é que no encerramento da festa de Bom Jesus dos Passos, no bairro de Jaguaribe, houve ciranda com um show de Lia de Itamaracá. Vale ressaltar que este é o bairro onde mora a famosa cirandeira e onde estão instalados os espaços culturais Centro Cultural Estrela de Lia e a Embaixada da Ciranda.

Também é importante destacar que a ciranda recebeu a chancela patrimonial do Registro como bem imaterial no ano de 2022. Registrada como um bem cultural de abrangência regional no Livro de Registro das Formas de Expressão, recebeu o registro de nº 19, sob o título de Ciranda do Nordeste⁶. O registro de um bem cultural pelo IPHAN é apenas uma ação dentre as muitas ações de salvaguarda que devem atuar sobre o bem e seus detentores. Na Ilha de Itamaracá, como destacado acima,

⁶ Informações retiradas a partir da Certidão de Registro da Ciranda no site: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/reconhecimento-de-bens-culturais/livros-de-registro>

uma das principais detentoras que têm buscado preservar e promover a ciranda como importante manifestação cultural é a Lia de Itamaracá.

5.2.2.2 Patrimônio vivo

Falar da ciranda é falar de Lia. Maria Madalena Correia do Nascimento, mais conhecida por todos como Lia de Itamaracá, é uma grande potência no cenário da ciranda no Brasil e no exterior. Nascida em 12 de janeiro de 1944, no bairro de Jaguaribe, na Ilha de Itamaracá, Lia participava de rodas de ciranda desde os 12 anos de idade e desde lá seu amor pelo ritmo só cresceu.

Figura 12 – Lia de Itamaracá



Fonte: Janine Moraes, Ministério da Cultura (2015).

Lia, que até 1990 ainda não tinha seu talento reconhecido, para se sustentar trabalhou durante anos como merendeira em uma escola pública da região, e manteve seu emprego em paralelo com sua carreira até 2008. Seu primeiro disco foi lançado em 1977, intitulado A rainha da Ciranda, porém teve pouquíssima repercussão. Apenas duas décadas depois a cantora e compositora foi redescoberta pelo produtor musical Beto Hees (que continuando sendo seu produtor até os dias atuais), Lia foi convidada por ele para participar do festival Abril pro Rock, realizado no Recife e em Olinda, em 1998, a partir daquele momento o nome Lia de Itamaracá tornou conhecido

em todo o Brasil.

Já em 2002, saiu seu primeiro CD, *Eu Sou Lia*, lançado pela Ciranda Records e reeditado pela Rob Digital, onde no repertório havia além da ciranda, coco de raiz e loas de maracatu, o ritmo da ciranda e a voz potente de Lia de Itamaracá encantou a todos, e ganhou grande reconhecimento no exterior como é possível observar no trecho da casa da cultura cavaleiro de Jorge, CASA DA CULTURA, (2015):

O CD foi distribuído na França por um selo de world music e a voz rascante de Lia chamou a atenção da imprensa internacional, que começou a batizar suas canções de trance music, numa tentativa de explicar o "trance" que o som causava no público.

Nos anos seguintes Lia alavancando sua carreira, com várias show e turnês pelo exterior, e durante os anos passou a acumular títulos e homenagens, como a comenda da Ordem do Mérito Cultural, do Ministério da Cultura (2004), o reconhecimento como um Patrimônio Vivo de Pernambuco (2005), o de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Pernambuco (2019), foi também vencedora do Prêmio Sim à Igualdade Racial (2020), entre outras conquistas.

Na Ilha de Itamaracá (cidade em que nasceu e que descreve em suas músicas) mais especificamente no bairro de Jaguaribe, como forma de homenagear Lia e a Ciranda, foi criado o Centro Cultural Estrela de Lia, que funcionou entre 2005 a 2014, realizando rodas de cirandas semanais, sempre aos sábados. As programações contavam com artistas convidados, tendo ainda funcionalidade cultural, turística, recreativa, educativa e social. Mas que infelizmente está fechado há cerca de oito anos, desde que fortes chuvas desabaram sua estrutura, desde então, por falta de investimento o centro não voltou a realizar atividades. Hoje existe apenas um palhoção, como podemos observar na (Figura 13).

Figura 13 – Centro Cultural Estrela de Lia



Fonte: Autores (2022).

Como forma de não deixar que se acabasse os esforços para manter viva, em formas de espaços físicos, a cultura cirandeira e o legado de Lia na Ilha de Itamaracá, o empresário Beto Hees e a artista visual Lia Letícia juntaram esforços para montar a Embaixada da Ciranda, que ocupa uma parte das antigas instalações do Estrela de Lia, na Avenida Benigno Galvão, Praia de Jaguaribe. O museu vivo (Figura 14) conta com três salas que mesclam, exposição, projeções de vídeos e uma instalação com areia da praia e uma jangada, usufruindo de todo o imaginário em torno de Itamaracá (BENTO, 2022) e no espaço enquanto se é possível admirar, fotos do acervo pessoal da artista, vestidos usados em apresentações, vídeos com trechos de suas apresentações e depoimentos, músicos, pesquisados e amigos da cantora, se torna impossível não ficar encantado.

Figura 14 – Museu Vivo de Lia de Itamaracá



Fonte: Autores (2022).

Na placa que dá acesso ao espaço ficam expostas as incumbências da embaixada:

[...] entre suas atribuições, a missão de expor, proteger e assegurar a totalidade da obra e legado de Lia de Itamaracá, Patrimônio Vivo de Pernambuco, bem como a ciranda, enquanto manifestação cultural, criando conteúdos e formando guardiões, para cuidar dessa herança inestimável, salvaguardando-a para as gerações futuras, para a memória e resistência da cultura brasileira.

Vale salientar que, inicialmente o museu foi montado em uma das salas do Forte Orange, todavia, só ficou por lá durante 10 dias, pelo fato de não conseguir patrocinadores que ajudasse a custear a manutenção do espaço.

Algumas páginas não seriam o suficiente para traduzir todo o legado e talento que envolvem a trajetória de Lia de Itamaracá. Atualmente já com 78 anos, a artista continua se reinventando, dessa vez como atriz:

Meu sonho era me ver na tela do cinema, e eu virei tela de cinema", gargalhava Lia, referindo-se aos trabalhos como atriz. O mais recente papel que interpretou — e também o mais emblemático — foi Dona Carmelita, em "Bacurau", de Kleber Mendonça Filho: uma espécie de guardiã da cidade na mira de ataques estrangeiros. (ARAUJO, 2022, p. 1).

Mesmo com o reconhecimento e sucesso tardio da artista, Lia continua encantando a todos com sua arte, sua belíssima voz, as lindas letras de suas canções e principalmente sua alegria contagiante.

Sem contar na grande importância e representatividade que a figura de Lia carrega por si só. Mulher negra, nordestina e que luta desde sempre pela valorização da cultura da ciranda. Ao assimilar diferentes tendências, sua obra transforma essa manifestação, ao mesmo tempo em que a perpetua.

5.3 CARACTERIZAÇÃO TURÍSTICA

A caracterização turística é formada pelo resultado do conjunto de produtos, serviços e organizações envolvidas exclusivamente na experiência turística. Dessa forma, Beni (2001):

O conjunto de equipamentos, bens e serviços de hospedagem, de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar numa determinada região, durante um período determinado de tempo, um público visitante. (BENI, 2001, p. 34).

Portanto, a mesma é compreendida como um conjunto de recursos naturais e culturais, ou assim como Dias e Aguiar (2002) afirma, “[...] a oferta turística é tudo aquilo que é oferecido ao turista, podendo classificar os elementos de oferta como naturais, artificiais e humanos”.

De acordo com o Portal de investimentos do Ministério de Turismo, poucas são as intenções de projetos que de fato prosseguiram, com apenas um projeto em processo, fato também que pode ser considerado pela falta de mão de obra cadastrada, como é possível observar na Figura 15, que considera os profissionais cadastrados através de CADASTUR no primeiro semestre de 2021.

Figura 15 – Prestadores de Serviços Turísticos cadastrados no CADASTU (1º/2021)

Guias de Turismo 5	Transportadoras Turísticas 0	Locadoras de veículos 1
Acampamentos turísticos 0	Casas de espetáculo 0	Organizadoras de eventos 1
Agências de Turismo 0	Centros de Convenções 0	Serviços de infraestrutura para eventos 0
Meios de Hospedagem 3	Turismo Náutico e Pesca Desportiva 0	Segmentos turísticos 2
Parques Temáticos 0	Entretenimento, Lazer e Parques Aquáticos 0	Alimentos e bebidas 2

Fonte: Portal de Investimentos – Panorama – Ilha de Itamaracá/2021.

5.3.1 Infraestrutura da Ilha - Vila Velha

Um dos problemas gritantes percebido durante as visitas de campo foi a precariedade com relação a infraestrutura do lugar, com poucas placas de interpretação do patrimônio existentes em Vila Velha, e as existentes encontram-se sucateadas e corroídas, de difícil visualização, conforme pode ser visto nas Figuras 16 e 17, o que dificulta bastante o entendimento dos visitantes sobre os locais visitados, resultando no pouco ou quase nada do entendimento do turista sobre os patrimônios visitados. Se o turista não tem acesso a guiamento com guias locais sua compreensão fica restrita a pesquisa feita por ele próprio, privando-o de tantas outras informações interessantes e pertinentes acerca dos patrimônios do lugar como um todo.

Tentando identificar ações municipais para o patrimônio foram feitas várias tentativas de contato com o atual secretário de Turismo da Ilha de Itamaracá, sendo encaminhados e-mail à secretaria, além de tentativas de contato via redes sociais, todavia, não houve retorno.

Figura 16 – Placas interpretativas em Vila Velha



Fonte: Autores (2022)

Figura 17 – Placas informativas da Ruína da Igreja do Rosário dos homens pretos



Fonte: Autores (2022)

No decorrer das visitas de campo⁷ foram realizadas entrevistas com visitantes e moradores, a fim de enriquecer a pesquisa, foram documentadas as entrevistas e preservadas suas identidades.

Nas entrevistas com visitantes que se encontravam em Vila Velha foram levantadas questões como motivação para visita, se conheciam algo da história do lugar, e sobre o acesso à vila. Um dos entrevistados era morador da cidade de Igarassu, ao qual chamaremos de visitante X, disse não ser a primeira vez que visitava Itamaracá, mas Vila Velha sim. Não conhecia a história do lugar e afirmou ter sentido dificuldade no acesso, pois para chegar ao local teve que perguntar a algumas pessoas porque não há placa indicando o acesso ao lugar.

Um casal de visitantes entrevistados (YZ), moradores da cidade de Abreu e Lima, disseram já conhecer o local, e aquela era a segunda visita em Vila Velha. Disseram não sentir dificuldade no acesso, e que embora seja acessível, o calçamento não chega até a vila, dificultando a chegada ao local. Eles também não conheciam a história de Vila Velha e observaram a falta de informação sobre a história e sobre os monumentos do lugar.

Em outro momento de entrevistas, na qual foi possível entrevistar uma moradora do bairro da Várzea, no Recife, diz ser a primeira vez que visitava Vila Velha e que tinha interesse em conhecer o local, embora já conhecesse Itamaracá. Também não conhecia a história do lugar e que só visitava a Ilha de Itamaracá para ir à praia até então.

Entre os entrevistados estava o turista “M”, morador da Paraíba, acompanhado por um grupo de amigos e disse que já conhecia Vila Velha há algum tempo, sendo que na primeira vez que veio ao lugar foi a trabalho e depois voltou com a família para visitar. Os demais nunca tinham vindo a Vila Velha. Perguntado sobre a infraestrutura, disseram que poderia melhorar bastante, também quanto a limpeza e falta de informação. Com relação à atividade turística sentiram necessidade de placas mais informativas e de um guia para auxiliar na visita, de modo a explicar sobre a história de Vila Velha.

⁷ Durante a pesquisa para mapeamento do patrimônio cultural do município foram realizadas 02 visitas de campo. Uma para Vila Velha, em maio de 2020, durante a qual realizamos entrevista com 01 morador local, e também aplicamos um questionário estruturado com aproximadamente 10 visitantes que se encontravam no lugar. Outra ida a campo aconteceu em Julho do mesmo ano, para registro de fotos e estudo do local.

5.3.2 Infraestrutura da Ilha - Centro de Itamaracá

É importante registrar que muitas das ações planejadas não são postas em prática, seja por falta de interesse, recursos, ou ações efetivas. Assim, é possível considerar que mesmo o vilarejo de Vila Velha sendo um sítio histórico tombado em nível estadual, encontra-se em condição de abandono. Na prática, poucas medidas foram viabilizadas pela gestão municipal como forma de promover o turismo local no vilarejo. A questão da acessibilidade e infraestrutura voltada para a parte da interpretação do patrimônio quase não existe, e as poucas que existem são muito mal cuidadas e sucateadas.

Se faz necessária um trabalho intenso de reestruturação turística em aspectos gerais, desde acessibilidade à um ponto turístico, como por exemplo um corrimão para facilitar a descida da escadaria que dá acesso ao Forno da cal em Vila Velha, tendo em vista que idosos frequentam constantemente o local são impossibilitados de chegar até o destino. Necessita até mesmo de um profissional do turismo para fornecer informações necessárias aos turistas que visitam a vila.

Também no município de Itamaracá, o Forte Orange, em comparação com o vilarejo de Vila Velha, apresenta muito mais subsídios no que diz respeito à interpretação do patrimônio, porém está longe do ideal tendo em vista o grande potencial do local. O lugar dispõe de um número razoável de placas informativas, porém são placas em tamanhos pequenos e que trazem um volume muito grande de textos, como é possível identificar na Figura 18, fato que pode culminar no desinteresse do turista em ler as informações por completo. É importante frisar que placas informativas são sim um ótimo recurso utilizado dentro das propostas de interpretação do patrimônio, porém resumir a visita ao Forte a apenas ler placas com textos imensos é limitar o turista a perceber as riquezas e história do local através de apenas uma ferramenta dentre tantas outras, como por exemplo, dispor de recursos áudio visual.

Figura 18 – Placa Interpretativa no Forte Orange



Fonte: Autores (2022)

Partindo para o bairro de Jaguaribe, chegamos à casa onde está instalado o espaço dedicado a Lia, O museu Vivo de Lia de Itamaracá. Na nossa visita, observamos que o espaço está passando por reformas e no mesmo também será inaugurada uma cinemateca cuja proposta é, uma vez por mês, servir de programações culturais e outros eventos, por meio de entrevista feita pelos autores deste texto com o empresário de Lia, além do espaço destinado à Embaixada da Ciranda em Jaguaribe, também havia outro espaço destinado à Embaixada no interior do Forte Orange, mas o mesmo havia sido desativado por falta de infraestrutura.

O museu é um importante atrativo turístico e cultural e traz boas práticas no que concerne à interpretação patrimonial, fazendo com que seus visitantes tenham à disposição um bom material de apreciação sobre a ciranda e sua mestra, levando-os a sentir de fato o que o ambiente quer transmitir, por meio de materiais áudio visuais. Completa ainda o cenário, a ornamentação do espaço com artefatos que de fato foram utilizados por Lia, e a implementação de instrumentos chave corroboram com a interpretação do ambiente. Entretanto, o pouco espaço e estrutura precária colabora para dificultar as visitas no espaço, explicações e até mesmo atividades culturais, precisam de uma atenção redobrada.

Mesmo diante do contexto geral da região, nota-se que os cuidados com o patrimônio em torno do Forte são maiores em comparação a Vila Velha. Em Vila Velha há, além de outros fatores, a dificuldade de acesso, por ser distante da Ilha. Ademais, os meios de transporte público, iluminação e outras questões de infraestrutura turística, como pontos de alimentação, e hospedagem que é inexistente, são fatores que não favorecem o turismo na localidade. Sem pretender esgotar as indagações e questionamentos, pode-se pontuar que as três regiões na qual o presente trabalho textual busca embasar, sendo respectivamente Ilha de Itamaracá, Forte Orange e Vila Velha, apesar de possuir impasses que dificultam a expansão do turismo na localidade, constitui um espaço com grandes possibilidades e espaço para a promoção do turismo cultural.

Por fim, podemos concluir que, em Vila Velha a infraestrutura turística e a interpretação do patrimônio é quase inexistente. Na Embaixada da Ciranda, o espaço é deixado de lado pelo poder público e é impactado pela falta de investimentos. E no Forte Orange, por mais que existam placas interpretativas explicando sobre aspectos históricos do lugar, falta mão de obra, guias de turismo, e outras estratégias interpretativas que estimulem a visita.

6 PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO

Tendo como base os conceitos trazidos por Murta e Albano (2002), Brochu e Merriman (2012) e Meneses (2013) em conjunto com informações colhidas durante as visitas ao município, foi possível então, a elaboração de uma proposta de plano interpretativo para os três lugares selecionados e destacados acima. O plano é intitulado "Um novo olhar: interpretando a Ilha de Itamaracá". Como já trazidos anteriormente dentre todos os patrimônios materiais e imateriais mapeados, foram escolhidas para tomar a frente da proposta respectivamente: Vila Velha, o Forte Orange e a Embaixada da Ciranda de Lia. A escolha se deu não só pelo grande potencial destes espaços como atrativos turísticos, mas também por serem locais que já dispõem de um certo fluxo de visitantes.

A proposta surge como projeto piloto que pode ser aperfeiçoado e expandida a partir da adesão do poder público através da Prefeitura Municipal da Ilha de Itamaracá, e também de parcerias com entidades e setor privado, havendo a possibilidade de expandir o plano em escalas que alcancem uma maior quantidade dos patrimônios ainda não tão bem explorado e mesmo a construção de um plano interpretativo para o município.

Como previamente citado, existem algumas estratégias que podem ser utilizadas de forma a conseguir uma melhor conciliação entre o turista, o lugar visitado e a mensagem que aquele local deseja passar. Para isso, em um primeiro momento, as estratégias de interpretação para cada um dos espaços.

6.1 ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

- **Requalificação e implantação das placas interpretativas:** É de suma importância para o bom andamento do plano a requalificação das placas já existentes, esta medida deve ser tida como ação prioritária, atualizando suas informações e design, além de inserir novas placas interpretativas nos espaços anteriormente não contemplados. Ação importante para o local, tendo em vista que é uma das mais importantes

formas de informar ao visitante os pontos chave a respeito da história e informações do local visitado.

- **Placas explicativas:** Pequenas placas com breve descrição colocadas ao lado de cada obra, como quadros, móveis, peças de vestuário, entre outros objetos variados que possam estar à mostra.
- **Condutores turísticos:** Formação de guias/condutores especializados, capacitados para o guiamento turístico no Forte Orange, em Vila Velha e na Embaixada da Ciranda, que sejam preferencialmente moradores do município, dessa forma inserindo a comunidade no processo de desenvolvimento do turismo.
- **Roteiros guiados:** Elaboração de roteiros diversificados para o turismo cultural no município, que possibilite aos visitantes passeios diferenciados, abrangendo em Vila Velha os monumentos em boas condições, as ruínas e trilhas, trazendo a história e a cultura do lugar como subsídio e integrando pontos turísticos de destaque do lugar para os visitantes que optem por estas visitas.
- **Acessibilidade:** Atender a necessidade de trazer informações expostas nas placas interpretativas e informativas também em braille, e garantir ainda que os guias tenham conhecimento e dominem o uso da língua brasileira de sinais (LIBRAS), e que de forma sensata, respeitando a estrutura do espaço sejam feitas as adaptações necessárias para que cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida possam desfrutar do espaço de forma igualitária.
- **Material áudio visual:** Recursos como fotos e vídeos que podem ser utilizados durante possíveis visitas pedagógicas aos espaços, com informações sobre: história, arquitetura, cultura, culinária entre outros aspectos relevantes do local.
- **Site e Painéis interativos:** Com essa proposta, diversos recursos poderiam ser utilizados: telas interativas com conteúdo exclusivo sobre o local, podendo ser acessado a qualquer momento pelo visitante; outra ferramenta é um site contendo informações sobre horários, agendamento, contatos entre outros, podendo ser acessados através de QR-CODES que estariam espalhados pelo ambiente de maneira que não polua visualmente o local e também seja de fácil acesso a todos os visitantes. Importante ressaltar que essa estratégia não dispensa o uso das placas físicas, pois nem todos fariam uso dessa modalidade, contudo poderiam trazer informações adicionais aqueles que optarem por utilizar esse método.

- **Divulgação:** A promoção do projeto piloto é também uma das estratégias que devem ser utilizadas como forma de alcançar público, tanto os visitantes que nunca foram à Ilha de Itamaracá, como aos que já foram, mas não chegaram a conhecer o Forte, a embaixada ou a comunidade de Vila Velha. Adiante será tratado de forma mais abrangente estratégias de promoção e acompanhamento para melhor desenvolvimento e alcance da proposta.
- **Mediadores:** se faz necessária para ajudar no gerenciamento dos espaços do projeto mão de obra qualificada, além dos guias, pessoal de serviços gerais, propõe-se a contratação de um quadro de funcionários fixos, profissionais formados, ou estagiários de áreas multidisciplinares, como turismólogos, historiadores, arqueólogos, artes cênicas. Atuarão e deverão auxiliar em todo o processo de organização, explicações, layout de organização dos espaços entre outras atribuições.

Quando é pensado na viabilização desse tipo de proposta, na maioria das vezes o aspecto que mais é levado em consideração para a aplicação ou não de quaisquer que sejam a sugestão é o fator financeiro e orçamentário.

Tentando buscar a melhor forma de viabilização das propostas recomendadas, sem esquecer do fator orçamentário, faculta-se aos pesquisadores sugerir quais, das ações propostas, poderiam ser aplicadas a curto (1 a 2 anos), médio (2 a 4 anos) e longo prazo (5 a 8 anos):

A **curto prazo:** podem ser iniciadas a **restauração e requalificação das placas**, pois conforme já dito anteriormente, existem algumas porém em péssimo estado de conservação, boa parte pela ação do próprio tempo. Materiais de vídeo como medida de curto prazo também são viáveis por não demandar inicialmente de um grande aporte financeiro; **reorganização dos espaços:** que dependerá apenas da disposição dos funcionários e organizadores responsáveis pelos espaços citados, planejar um layout que favoreça seus acervos; e **Acessibilidade**, podendo ser investido inicialmente na inclusão dos textos em braile, como também na contratação de condutores que dominem a língua brasileira de sinais (LIBRAS).

A **médio prazo:** A **habilitação de condutores turísticos** pode ser desenvolvida

a médio prazo em parceria com a implementação da proposta de roteiros guiados, de modo que os moradores que passarem pelo curso de qualificação de guias, possam atuar nos patrimônios escolhidos como projeto piloto. Nesse sentido, moradores de Vila Velha devem ser integrados à proposta e atuarem na recepção a turistas e visitantes bem como no guiamento por roteiros e trilhas percorrendo seus principais atrativos; a ação de guiamento no Forte Orange deve contemplar também a qualificação de moradores locais que conhecendo suas salas, corredores, área central e a parte mais alta onde ficam expostos os canhões do período holandês poderão conduzir os visitantes; e na Embaixada da Ciranda, a inserção de sujeitos que já atuam no espaço de modo a melhor oferecer uma experiência imersiva ao visitante, contemplando tanto o espaço que abriga todo seu acervo de vestuários, livros, discografia e história de Lia de Itamaracá e da ciranda no município.

A **longo prazo**: Pode ser inserido no plano interpretativo a longo prazo a interpretação teatral como estratégia de interpretação para o patrimônio. Sabe-se, porém, que esta ação demanda mais tempo para viabilizar a sua execução, posto que exige pesquisa histórica mais aprofundada, formação da equipe de atores, etc. A partir de subsídios da prefeitura e programa de incentivo ao turismo e à preservação do patrimônio, a ação poderá ser implementada no município. É também no período de longo prazo um **maior aporte financeiro** para que sejam retomadas as **obras de acessibilidade**: dessa vez no que diz respeito à **estruturação** e mobilidade segura de pessoas com mobilidade reduzida, fazendo os devidos ajustes para o usufruto de forma plena a todos os visitantes.

Dessa forma, foram apresentadas propostas para um projeto de plano interpretativo para o município que contribua de imediato para estimular o turismo e que estimule ações futuras e projetos municipais que transformem o turismo local, aproveitando o potencial histórico e cultural da Ilha de Itamaracá como atrativos para o turismo.

6.2 PROMOÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA PROPOSTA

A gestão e promoção é uma etapa de extrema importância dentro de todo o processo que caracteriza um plano interpretativo e dentro do nosso projeto demos a

essa etapa o nome de “acompanhamento de promoção” tendo em vista que apenas a implementação de um plano sem o devido acompanhamento dos resultados se torna apenas tempo e recursos mal investidos.

No que diz respeito a promoção e marketing mesmo com poucos recursos é possível através da utilização correta das ferramentas um grande alcance de novos públicos, desde visitantes como também residentes locais. Portanto, segue inicialmente as sugestões de propostas de acompanhamento e promoção do projeto:

Questionário de satisfação: uma ferramenta considerada simples, porém de extrema eficácia são os questionários de avaliação que podem ajudar a identificar o grau de satisfação do visitante, como também auxiliar em pontos que podem ser melhorados através de feedback. Esses questionários podem ser feitos de forma manual por um funcionário do espaço cultural ou do lugar, ou de forma eletrônica através de um tablet que pode ser alocado na saída das atrações, ou ainda via QRCode.

Mural interativo: murais com desenhos relacionados ao local visitado e a clássica frase “eu estive aqui” onde os turistas e visitantes possam deixar suas assinaturas pode ser interessante, pois esse instrumento pode ser utilizado como forma de acompanhamento do volume de visitantes, sugerindo que sejam trocados todo dia 1 de cada mês.

Treinamento das equipes: toda a equipe que está diretamente inserida no projeto deve receber treinamento contínuo, principalmente os guias que devem estar preparados para transmitir com segurança e clareza as informações.

Publicidade impressa: Folhetos, painéis, mapas e guias ilustrados são essenciais para a promoção dos espaços, podendo ser confeccionados e distribuídos de forma gratuita pela prefeitura em eventos culturais.

Publicidade: os tradicionais meios de rádio e TV por ainda serem consumidos por um grande público também deve ser explanado. Anúncios e reportagens divulgando os horários de funcionamento e programações são excelentes aliados para a divulgação dos espaços.

Publicidade digital: é o meio mais utilizado na atualidade sendo importantíssimo se utilizar de todas as ferramentas que os meios digitais dispõem.

A criação de **perfis nas redes sociais oficiais** dos espaços no Instagram, Facebook e Twitter (mesmo alguns já existentes é recomendado uma reavaliação para que a divulgação seja feita de forma mais efetiva).

Criação de **website** contendo informações detalhadas sobre cada um dos 3 espaços, desta maneira as mídias digitais oferecem a possibilidade de feedback por parte do receptor em tempo real.

Por fim, foi julgado fundamental para o bom andamento do projeto um acompanhamento constante por parte dos órgãos que gerenciam o Forte Orange, a Embaixada da Ciranda e a região de Vila Velha, de forma que englobe o processo antes, com estratégia de divulgação; durante, com formas de medir a satisfação do público; e depois, com ênfase na manutenção e atualização que se avaliar necessárias.

6.3 RECURSOS

Para atender as mudanças na estrutura interpretativa do turismo na Ilha, se faz necessário a restauração de determinadas placas e também, a contratação de uma nova equipe para trabalhar em prol da aplicação e manutenção das medidas anteriormente citadas.

Tabela 1 – Profissionais necessários

PROFISSIONAIS NECESSÁRIOS				
PROFISSIONAL	FUNÇÃO	QUANTIDADE	ORÇAMENTO MENSAL (POR FUNCIONÁRIO)	ORÇAMENTO ANUAL
TURISMO	ESTAGIÁRIO	3	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TURISMÓLOGO	CONTRATADO	2	R\$ 2.293,00	R\$ 4.586,00
ARQUEOLOGIA	ESTAGIÁRIO	3	R\$ 900,00	R\$ 2.700,00
ARQUEOLÓGO	CONTRATADO	2	R\$ 3.136,00	R\$ 6.272,00
HISTÓRIA	ESTAGIÁRIO	3	R\$ 900,00	R\$ 2.700,00
ARTES	ESTAGIÁRIO	3	R\$ 700,00	R\$ 2.100,00
GUIAS DE TURISMO	CONTRATADO	2	R\$ 1.310,00	R\$ 2.620,00
SERVIÇOS GERAIS	CONTRATADO	2	R\$ 1.310,00	R\$ 2.620,00
TOTAL:			R\$ 11.349,00	R\$ 25.998,00

Fonte: Autores (2023).

Como foi possível observar anteriormente, uma boa parte das placas interpretativas da Ilha de Itamaracá apresentam defasagem de informações e por muitas vezes não se encontram atualmente nas melhores condições para serem

utilizadas pelos visitantes, tendo em vista que, até mesmo por decorrência dos efeitos naturais como chuva, sol, a própria correnteza do mar, agiram como fatores que não auxiliaram com o decorrer dos anos, tendo em vista também que, os órgãos responsáveis por tratarem da manutenção das mesmas nada fizeram.

Dessa forma, se fez necessário propor no presente trabalho a manutenção e, se necessária, a implantação de novas placas.

Tabela 2 – Placas interpretativas

PLACAS				
LOCAL	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VAL. UNITÁRIO	ORÇAMENTO TOTAL
VILA VELHA	CHAPAS DE ALUMÍNIO	3	R\$ 1.780,00	R\$ 5.340,00
FORTE ORANGE	EXPOSITORES DE MDF PARA ÁREA EXTERNA DO FORTE	5	R\$ 650,00	R\$ 3.250,00
EMBAIXADA DA CIRANDA	CHAPAS DE ALUMÍNIO	1	R\$ 1.780,00	R\$ 1.780,00
TOTAL:			R\$ 4.210,00	R\$ 10.370,00

Fonte: Autores (2023).

6.4 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

O Forte Orange e a Embaixada da Ciranda por se tratarem de espaços fechados necessitam de um horário de funcionamento que seja mais flexível para os visitantes. Atualmente o Forte funciona de quarta a domingo, das 09:30 às 16:00, tendo em vista que segundo informações dos funcionários do Forte o maior fluxo de visitantes se dá nos finais de semana e no período da tarde. Sugerimos que os dias de abertura se mantenham de quarta a domingo (pela necessidade de haver dias disponíveis apenas para a manutenção do espaço), contudo, o horário de funcionamento pode se estender no período da tarde, passando a ser das 10h às 17h.

Já na Embaixada da Ciranda de Lia (que foi criada e é gerenciada atualmente por iniciativa privada) o horário de funcionamento é de sexta a domingo, das 10h às 17h. Atualmente, encontra-se fechada para manutenção e por recursos financeiros escassos. Com a aplicação deste projeto piloto, sugere-se os mesmos dias e horários de funcionamento do Forte Orange. Em Vila Velha, pelo fato de ser um espaço aberto à dinâmica de horários se torna diferente, como citado anteriormente existe no

povoado um CAT (centro de atendimento ao turismo) que fica localizado na área central, porém não foi possível obter a informação sobre o horário de funcionamento desse espaço, nesse caso sugere-se que, exista um funcionamento contratado para atuar no setor de informações ao turista nos dias de quarta a domingo. Já com relação às visitas aos espaços pertencentes a Vila, se faz necessário agendamento prévio, no site (trazido como estratégia no item anterior) estaria disponível os contatos para agendamento das visitas. Se faz necessária essa medida, pois nos casos de agendamento de visitas pedagógicas seriam deslocado para o povoamento uma equipe de profissionais ou estágios da área de turismo e arqueologia que acompanhariam as turmas nos guiamentos. Nos casos de agendamento por parte de grupos privados além dos contatos para agendamento ficaria dispostos no site uma listagem com os guias locais, seus contatos e horários disponíveis (essas informações seriam colhidas e alimentadas no site previamente) dessa forma, incentivando a contratação de guias e profissionais locais.

- **Potenciais parceiros e financiadores:**

- Prefeitura Municipal de Ilha de Itamaracá;
- Secretaria municipal de Turismo, Cultura e Eventos;
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco;
- Governo do estado de Pernambuco;
- SETUR - Secretaria estadual de turismo;
- Iniciativa Privada do município.

As técnicas de interpretação aqui apresentadas foram elaboradas da maneira mais pragmática possível. Levando em consideração aspectos administrativos, financeiros e estruturais dos lugares escolhidos, sugerindo que, caso necessário, seja feita uma segunda análise mais profunda, uma vez implementadas as ações propostas e após serem medidas os resultados primários.

Vale ressaltar que o campo da aplicação vai além das capacidades de alcance desse trabalho, que se limita a análises e sugestões baseadas em conceitos metodológicos, teóricos e práticos, porém o presente trabalho está à disposição dos poderes administrativos locais, sendo sugeridos ao mesmo e cabendo a eles a análise para possível implantação para o município.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou a importância do patrimônio turístico cultural da Ilha de Itamaracá para a história e cultura brasileira, e para o desenvolvimento da atividade turística local. A região é berço da colonização portuguesa no nordeste do Brasil, e por isso detém relevante notoriedade por toda a sua história e por tudo o que dela surgiu.

O povoado de Vila Velha com uma das vistas mais lindas do litoral Pernambuco, as suas edificações, mas principalmente suas ruínas, transportam o visitante automaticamente para o passado, em contrapartida, a falta de zelo e atenção em relação aos patrimônios históricos lá presentes foi intrigante.

O Forte Orange com sua importância na história do estado até os dias de hoje atraem visitantes pela sua imponência, embora seja fato a necessidade que algumas ações que façam com que os visitantes do local sintam curiosidade sobre a história do local.

Do mesmo modo a Embaixada da ciranda de Lia, espaço que encanta, diverte e principalmente, faz com maestria o papel de preservar vivo o legado e história da ciranda e de sua principal porta voz, Lia de Itamaracá. Contudo, são espaços que carecem de cuidados e valorização, o que leva a necessidade de criação de estratégias interpretativas.

A interpretação do patrimônio é uma ferramenta que pode contribuir para o planejamento do uso e conservação dos valores de uma área protegida, desenvolvimento local e experiência dos visitantes. Serve como instrumento no planejamento turístico, tornando a experiência e cultura local mais atrativa.

O estudo trouxe como proposta de interpretação algumas estratégias que podem ser utilizadas para ajudar a conciliar a conservação das áreas protegidas, o desenvolvimento local e o turismo. Na região estudada, há a necessidade de implementar processos de planejamento interpretativo, com o objetivo de que os intérpretes trabalhem juntos com as comunidades, auxiliando os mesmos a trabalharem a própria imagem local.

As estratégias de recursos interpretativos apresentadas possibilitam a criação de uma rede de atrativos e atividades que facilitam a mobilidade e distribuição dos visitantes, favorecendo a valorização da cultura e identidade local, o surgimento de novos centros de interesse e as oportunidades de emprego e renda para as

comunidades.

A Ilha de Itamaracá, desde seus moradores, comunidades locais, patrimônios materiais, imateriais e toda a riqueza cultural por si só faz com que a cidade seja um lugar cheio de história para contar. De maneira que a intenção do projeto em sugerir as estratégias propostas é que mais turistas e visitantes tenham a oportunidade de conhecer e desfrutar com qualidade do melhor que essa ilha encantada tem a oferecer.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. V. de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 2000.
- ANDRADE, M. H. **O mito, a mulher, a ciranda**: Lia de Itamaracá em livro - reportagem. 2018. 191 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Jornalismo) – Centro de Comunicação, Turismo e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- ALLENDER, D. Histórias da ciranda: silêncios e possibilidades. **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2013.
- ARAUJO, W. J. A. **Vila velha de Itamaracá - PE**: um patrimonio histórico-cultural e turístico a ser preservado. Memória e história. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- ASSIS, L. F. de. **A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens insulares**: um estudo sobre o litoral Sul da Ilha de Itamaracá – PE. 2001. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- BARRETO, M. **Manual de Iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.
- BAUDRIHAYE, J.-A. R. **El turismo cultural**: luces y sombras. Madrid, Instituto de Turismo de España-Turespaña, Estudios turísticos, 1997.
- BENTO, E. **Lia de Itamaracá ainda luta pelo seu centro cultural na Praia de Jaguaribe**. JC cultura popular. 2022. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/jc.ne10.uol.com.br/cultura/2022/03/amp/149542-51-lia-de-itamaraca-ainda-luta-pelo-seu-centro-cultural-na-praia-de-jaguaribe.htm>. Acesso em: 24. jul. 2023.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 6. ed. atual. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.
- BOITEUX, B.; WERNER, M. **Introdução ao estudo do turismo**. São Paulo: Editora Campus, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF, Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24. jul. 2023.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Portal de Investimentos. **Fortaleza de Santa Cruz, Ilha de Itamaracá**. Disponível em: <https://investimento.turismo.gov.br/portuguese/fortaleza-de-santa-cruz-de-itamaraca/>. Acesso em: 23 set. 2022.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas. 3. ed.

Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em: 24. jul. 2023.

BROCHU, L.; MERRIMAN T. **Personal interpretation**: connecting your audience to heritage resources. 2. ed. Delaware: Heartfelt Publications, 2012.

CANTARELLI, R. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade**: A Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco. 2012. 193 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Departamento de Museologia, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2012.

CIDADE, Brasil. **Município de Ilha de Itamaracá**. 8 abril 2021. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-ilha-de-itamaraca.html> Acesso em: 26 abr. 2022.

COLL, A. N. **Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização**. São Paulo: Instituto Polis, 2002.

COSTA, F. **Turismo e patrimônio cultural**: interpretação e qualificação. 2. ed. São Paulo: Senac, 2014.

CHUVA, M.; NOGUEIRA, A. **Patrimônio Cultural**: políticas e perspectivas da preservação no Brasil. 1. ed. São Paulo: Editora Mauad X, 2012.

DAVIDSON, J. **Ruínas da Igreja do Rosário dos Homens Pretos de Muribeca**. Blog Jaboatão dos Guararapes Descoberto. 2013. Disponível em: <http://www.jaboataoguararapesredescoberto.com/2013/06/ruinas-da-igreja-do-rosario-dos-homens.html>. Acesso em: 3 set. 2022.

DIAS, R.; AGUIAR, M. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Alínea, 2002.

DIEGO, G.; LEANDRO, B.; POLIANA, F. Educação e interpretação patrimonial: elaboração de um plano interpretativo para a Casa da Cultura de Irati-PR. **Revista Turydes**, v. 1, n. 20, 2016.

EASTERBY-SMITH, M.; THORPE, R.; LOWE, A. **Pesquisa gerencial em administração**: um guia para monografias, dissertações, pesquisas internas e trabalhos de consultoria. São Paulo: Pioneira, 1999.

ENCONTROTECA. **Lia de Itamaracá**. Cultura tradicional. 2015. Disponível em: <https://www.encontroteca.com.br/encontroteca>. Acesso em: 29 jul. 2023.

FERNANDES, C. **O forte de Orange**. Brasil Escola. 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/guerras/o-forte-orange.htm>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FERNANDES, F. **Ciranda: história e origens**. MultiRio. 2021. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagensartigos/reportagens/1726-1-ciranda-hist%C3%B3ria-e-origens> Acesso em: 06 maio 2022.

FERREIRA, P.; SILVA, J. S. M.; BEZERRA, O. G. A paisagem de Vila Velha: o desafio da conservação do patrimônio cultural/natural da APA de Santa Cruz, Itamaracá (PE). **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 12, n. 25, p. 34–45, 2019.

FELICIDADE, L.; SILVA, A. Turismo cultural e interpretação do patrimônio na cidade de Diamantina – Minas Gerais/Brasil. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 17, n. 4. P. 759–778, 2019

FOLHA, de São Paulo. **Guardião abriga fé dentro do forte Orange**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx2511200222.htm>. Acesso em: 03 set. 2022.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005. 296 p.

FRANÇA, D. G. C. **Quem deu a ciranda a Lia?**: A história das mil e uma Lias da ciranda (1960-1980). 2011. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

FUNDARPE. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Casa do Conselheiro João Alfredo**. Pernambuco, 1983. Disponível em: <https://www.mapacultural.pe.gov.br/espaco/43/>. Acesso em: 06 maio 2022.

FUSTER, F. **Introdução a Técnica e Teoria del Turismo**. 4. ed. Madrid: Nacional, 2007.

GASTAL, S.; MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRÜNEWALD, R. de A. Turismo e etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, v. 9, n. 20, p. 141–159, 2003.

GUEDES, E. **Eterno guardião do forte Orange**. 2011. Disponível em: <https://orangedeitamaraca.blogspot.com/2011/10/eterno-guardiao-do-forte-orange.html?m=1>. Acesso em: 3 set. 2022.

GUILLEN, I. **Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos**. Igarassu, 2017. Disponível em: <https://memoriaescravidaope.wordpress.com/2017/09/25/igreja-de-nossa-senhora-do-rosario-em-igarassu/>. Acesso em: 03 set. 2022.

HOLANDA, S. B. de. **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1977.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ilha de Itamaracá**. 2013. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/ilha-de-itamaraca/panorama>. Acesso em: 6 maio 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. **Ilha de Itamaracá, Pernambuco- PE**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/ilha-de-itamaraca/historico>. Acesso em: 26 abr. 2022.

IPATRIMÔNIO. Patrimônio Cultural Brasileiro. **Ilha de Itamaracá – Forte Orange**. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/ilha-de-itamaraca-forte-orange>. Acesso em: 06 maio 2022.

IPATRIMÔNIO. Patrimônio Cultural Brasileiro. **Ilha de Itamaracá – Engenho Amparo**. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/itamaraca-engenho-amparo/>. Acesso em: 6 maio 2022.

LIA DE ITAMARACÁ. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa240506/lia-de-itamaraca>. Acesso em: 10 jan. 2023.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial**. Ministério do Turismo. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 04 maio 2022.

JOHN, N. M. **Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural**. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2021.

MACHADO, R. O. **Igreja Nossa Senhora da Conceição**. HPIP, Patrimônio de Influência Portuguesa. Itamaracá, 2022. Disponível em: <https://hPIP.org/pt/Heritage/Details/1015>. Acesso em: 06 maio 2022.

MARAGLIANO, G. **Interpretación del patrimonio**: una forma de comunicación que revela los significados del legado. III Jornadas de Historia de la Patagonia. San Carlos de Bariloche, 2008.

MARTINS, C. **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

MAGALHÃES, A. M. A. Inspeção de monumentos nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). **Anais [...]**. Ouro Preto: Museu Histórico Nacional, 2017.

MANCINI, A. L. **Proposta de Roteiro Interpretativo para o Município de São Francisco do Sul – SC**. 2007. 205 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Departamento de Turismo, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2007.

MELLO, E. C. de. **A educação pela guerra**. São Paulo: Editora Penguin-Companhia, 2014.

MENESES, J. N. C. **História e turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MOESCH, M. M. **Epistemologia social do turismo**. 2004. 135 f. Tese (Doutorado

em Turismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MURTA, S. M.; ALBANO, C. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

NETO, V. **Histórico do Forte Orange e seus atrativos turísticos**. 2020. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Católica de Pernambuco, 2020.

OLIVEIRA, A. L. do N.; SANTOS, J. L. dos. A organização da defesa na Ilha de Itamaracá no período colonial: uma contribuição para história do litoral de pernambuco. **Lepaarq**, Pelotas, v. 21, n. 11, p. 2–11, 2014.

OMT. Organización Mundial del Turismo. **Concepts, definitions and clasifications for tourism statistics**: a technical manual. Madrid: OMT, 1995.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Apuntes de metodología de la investigación en turismo**. Madrid: OMT, 2002.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Turismo internacional: uma perspectiva global**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PAKMAN, E. T. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Organização Mundial do Turismo, 2009. 20 p.

PEREIRA, E. **Patrimônio cultural imaterial**: Uma reflexão sobre o registro do bem cultural como forma de preservação. São Paulo: CELACC-USP, 2012.

PERNAMBUCO. **Atlas da Biodiversidade de Pernambuco**. Secretaria de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente, 2002.

PERNAMBUCO. Governo do Estado de Pernambuco. **Plano Diretor Participativo da Ilha de Itamaracá**, 2007.

PETERSON, L. **Sabia que a primeira aparição da Mãe Santíssima foi um ato de bilociação?** Aleteia, 2017. Disponível em: <https://aleteia.org/2017/10/12/did-you-know-the-1st-apparition-of-the-blessed-mother-was-an-act-of-bilocation/>. Acesso em: 7 maio 2022.

PREFEITURA DE ITAMARACÁ. Prefeitura Municipal da Ilha de Itamaracá. **História do município**. Disponível em: <https://ilhadeitamaraca.pe.gov.br/historia-do-municipio/>. Acesso em: 26 abr. 2022.

PREFEITURA DE IGARASSU. Prefeitura Municipal de Igarassu. **Cidade**. Disponível em: <https://igarassu.pe.gov.br/cidade/institucional/> Acesso em: 26 abr. 2022.

- RIBEIRO, C. **O guardião do Forte Orange**. 2008. Disponível em: <https://orebate-cassioribeiro.blogspot.com/2008/08/o-homem-do-forte.html?m=1>. Acesso em: 3 set. 2022.
- RIEGL, A. **El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen**. Madrid: Visor, 1987.
- SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO, P. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGrawHill, 2006.
- SEVERO, F. Espaço arquitetônico e espaço turístico: Memória, história e simulacros. **Anais [...]**. Caxias do Sul: II Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2004.
- SEABRA, P. P. **Proposta de manejo do sítio histórico de Vila Velha: uma paisagem na memória**. 2003. 59 f. Monografia (Especialização em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco, Recife, 2003.
- SILVA, T. de J. P.; SILVA, M. G. dos S. **A contradição de uma cobertura de palha para preservar um forno de cal em Vila Velha – Itamaracá – Pernambuco – Brasil**. In: 3º Congreso Iberoamericano y XI Jornada Técnicas de Restauracion y Conservacion del Patrimonio, 2014.
- SILVA, L. D. **Cancioneiro pernambucano**. Recife: Departamento de Cultura/Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- SILBERBERG, T. **Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites**. *Tourism Management*, v. 16, n. 5, p. 361–365, 1995.
- SIMÃO, M. C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SOARES, A. **Diagnóstico dos Impactos antrópicos em Vila Velha: Proposta para sua preservação e conservação**. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- TILDEN, F. **Interpreting our heritage**. Carolina do Norte: The University of North Carolina Press, 2006.
- TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, p. 1–12, 2010.
- VICENTE, A. V. R. **Maracatu rural: o espetáculo como espaço social**. Recife: Associação Reviva, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário feito aos turistas na região

PERGUNTA
Qual seu nome e idade?
É moradora(o) da região ?
Você já conhecia esse espaço?
O que poderia melhorar a respeito da infraestrutura deste local ?
O que você sentiu falta na infraestrutura do forte ?
Como você acha que é possível melhorar o presente espaço para receber o visitante ?
Foi fácil chegar aqui? Havia sinalizações durante o caminho ?
O que você acha da infraestrutura das placas presentes no forte ?
O espaço da ciranda de Lia foi um local produzido pelos habitantes locais ou foi uma iniciativa da prefeitura ?

APÊNDICE B - Entrevista com morador e responsável do projeto social: Casa de UANÁ, Vila Velha - PE

Como a história da vila é compartilhada com as gerações mais novas?
Quais as dificuldades que a comunidade enfrenta em relação a preservação do local ?
A própria comunidade que se encarrega de preservar os patrimônios históricos ?
Já foi discutida alguma vez a criação de um museu comunitário para a vila velha ?
Quais projetos sociais atuam aqui em Vila velha ?
Como funciona o Centro de atendimento ao Turista da Vila ?
Quais são as festividades da vila ?

ANEXOS

ANEXO A - Certidão de Registro da Ciranda como Patrimônio cultural imaterial

19/10/2022 12:12

SEI/IPHAN - 3860035 - Certidão



Ministério do Turismo
Secretaria Especial de Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Coordenação de Registro
Coordenação-Geral de Identificação e Registro
Departamento do Patrimônio Imaterial
Centro Empresarial Brasília 50 - SEPS 702/902, Bloco C, Torre A, - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70390-025
Telefone: (61) 2024-5425 - <http://www.iphan.gov.br>

CERTIDÃO

Processo nº 01450.000867/2015-14

CERTIFICO que no Livro de Registro das Formas de Expressão, volume primeiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan, instituído pelo Decreto número três mil quinhentos e cinquenta e um, de quatro de agosto de dois mil, consta o seguinte: "Registro número 19 – Bem cultural: Ciranda do Nordeste. Descrição: Descrição: a Ciranda é uma forma de expressão que une música e poesia para embalar uma dança de roda, em que os participantes entrelaçam as mãos ou os braços para dançar juntos em um círculo fechado, em uma única direção. A dança é um elemento central para vivenciar a Ciranda, expressa na simplicidade e espontaneidade dos passos, celebrada coletivamente e representando a integração e a união dos que compõem a roda. Não há limites para o número de participantes da Ciranda, sendo uma das principais premissas o acolhimento de mais brincantes durante sua execução. Os espaços e temporalidades de ocorrência dessa expressão cultural não são rígidos, e a roda pode acontecer em diferentes contextos como o carnaval, o ciclo junino ou no encerramento de qualquer atividade celebrativa, em espaços abertos, como ruas e praças, ou até mesmo em lugares fechados. Para além da espontaneidade que marca essa dança, atualmente existem diversos grupos de Ciranda, comumente formados por um(a) mestre(a) cirandeiro(a), o terno, os batuqueiros e as cirandeiras. O mestre ou mestra da Ciranda é a figura central da manifestação, detém os conhecimentos e é respeitado pelos membros do grupo e pelos demais mestres da comunidade cirandeira. Seu papel, além do repasse dos ensinamentos é guiar e conduzir o grupo, assim como organizar as apresentações. A pesquisa de referência para o Registro foi realizada em Pernambuco, na Zona da Mata Norte e Região Metropolitana de Recife, mas há ocorrência dessa expressão em outros estados do Nordeste, em especial nos estados vizinhos de Alagoas e Paraíba. Em Pernambuco, cirandeiros costumam categorizar a Ciranda da Zona da Mata Norte como mais "avexada", de "pé duro", de "supapo", de enredo, sendo ela uma dança mais agitada e rápida. Já a da Região Metropolitana de Recife é conhecida como Ciranda de embalo, compassada, sendo mais lenta e cadenciada, cujos movimentos remontam ao balanço das ondas do mar. A musicalidade da Ciranda é um fenômeno social complexo para além da sonoridade, abrangendo uma gama de instrumentos e estruturas musicais, conceitos, movimentos, interligando poesia, ritmo, melodia e celebração no cirandar. É a música que propõe os movimentos da dança, com o canto de versos das mestras e mestres cirandeiros que são respondidos por um coro, em uma estrutura chamada resposta. Os batuqueiros costumam manter a base do ritmo da Ciranda, enquanto os músicos fazem a melodia, em geral repetindo um tema cantado pelo(a) mestre(a) cirandeiro(a). Esse ritmo é balizado pelo toque do surdo, que marca o tempo forte, entrelaçando a

https://sei.iphan.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=4383318&infra_sist... 1/2

19/10/2022 12:12

SEI/IPHAN - 3860035 - Certidão

cadência dos passos da dança de roda. Nesta expressão cultural, o conceito de improviso está relacionado à capacidade de composição e musicalização de versos, compostos cotidianamente pelos cirandeiros e cirandeiros ou criados repentinamente pelos mesmos durante uma apresentação. Os significados enaltecidos pela Ciranda remontam à história da colonização do Nordeste brasileiro, marcada pela monocultura açucareira, pela escravidão, pela decadência desse sistema e pelas consequências dessa estrutura na organização espacial e social da região – todas essas questões permeadas pelas matrizes identitárias das culturas indígena e afro-brasileira. Na roda de ciranda, são trazidos à tona sentimentos de celebração e pertencimento a um lugar e a uma história, seja das cirandas à beira mar, seja das noites de festa nos engenhos de cana-de-açúcar. A Ciranda se destaca, então, pelo seu caráter lírico e poético na combinação cadenciada de música, dança e versos, que se configuram numa forma de preservação de saberes mediados pela oralidade e pelo improviso, nos quais a criatividade e a irreverência expressam valores de resistência da vida dos cirandeiros e cirandeiros. A diversidade de dimensões dessa manifestação cultural nordestina se expressa no momento que as pessoas dão as mãos e, embaladas pela música, reconhecem suas diferenças ao vivenciar igualmente a mesma celebração. Assim, essa simbologia de uma expressão cultural democrática, de compartilhamento e inclusão é um valor central na Ciranda. Esta descrição corresponde à síntese do conteúdo do Processo Administrativo nº 01450.000867/2015-14, seus anexos e apensos, no qual se encontra reunido um amplo conhecimento sobre este bem cultural, contido em documentos textuais, bibliográficos e registros audiovisuais. O presente Registro está de acordo com a decisão proferida na 97ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada no dia 31 de agosto de 2021. Data do Registro: 31 de agosto de 2021. E por ser verdade, eu, Renato Rasera, Coordenador da Coordenação de Registro, da Coordenação-Geral de Identificação e Registro do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ipphan, lavrei a presente certidão que vai datada e assinada por mim, pelo Coordenador-Geral e pelo Diretor. Brasília, Distrito Federal, 27 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Rasera, Coordenador de Registro**, em 27/09/2022, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cassiano Luis Boldori, Coordenador-Geral de Identificação e Registro**, em 27/09/2022, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roger Alves Vieira, Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial**, em 27/09/2022, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3860035** e o código CRC **9B9389EE**.